



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 79

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas, a realizarem-se, dia 31 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 31:

Veto parcial ao Projeto de Lei (nº 2.728, de 1957, na Câmara e nº 105, de 1955, no Senado) que cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná e da outras providências.

Senado Federal, 4 de maio de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizarem-se no dia 15 de junho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 1.768,

de 1956, na Câmara e nº 86, de 1959, no Senado) que estende os benefícios da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955, aos servidores das ferrovias e das empresas marítimas aposentados antes da sua encampação pelo Governo Federal ou reincorporação ao Patrimônio da União.

Senado Federal, em 24 de maio de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

(Vice-Presidente, no exercício da Presidência)

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1961

Artigo único. É exonerado, a pedido, do cargo de Oficial Legislativo, Símbolo PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Romildo Fernandes Gurgel.

Senado Federal, em 30 de maio de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.

Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Gilberto Mello.

3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.

4º Secretário: Senador Novaes Filho.

5º Suplente: Senador Mathias Olympio.

6º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:

Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.

Vice-Líderes: Gaspar Velloso e Ercino Freire.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.

Vice-Líderes: Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arnaldo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.

Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Cunha Mello.

Giuseppe Marinho.

Argemiro Figueiredo.

Novaes Filho.

Mathias Olympio.

Guido Mondim.

Secretário: Evandro Mendes Vianna.

Diretor-Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson da Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Pericles (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Barros Carvalho (PTB).

Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTES

1. Rui Palmeira (ULN).

2. Freitas Cavalcanti (UDN).

3. João Arruda (UDN).

4. João Villasboas (UDN).

1. Ary Vianna (PSD).

2. Benedito Valladares (PSD).

3. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Vivaldo Lima (PTB).

3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá (PTB).

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).

(PTB).

Fausto Cabral, Vice-Presidente —

Fernandes Iávora (UDN).

Sérgio Marinho (UDN).

Dei Caro (UDN).

João Arruda (UDN).

Alô Guimarães (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTES

1. Mourão Vieira (UDN).

2. Joaquim Parente (UDN).

3. Irineu Bornhausen (UDN).

4. Ovidio Teixeira (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).

2. Francisco Gallotti (PSD).

3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira

Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30

horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Colmbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (PTB).
3. Aloísio de Carvalho (PL).
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.
Arineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Veloso — PSD.
Eugenio Barros — PSD.
Milton Muller — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Victorino Freire — PSD.
Fausto Cabral — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Saulo Ramos — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Colmbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
1. Silvestre Péricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
6. ...
1. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
5. Aloísio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
Venâncio Ierêas (UDN).
Alourao Vieira (UDN).
Lino de Mattos (UDN).
Francisco Gallotti (PSD).
Menezes Pimentel (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 98,00
Exterior
ano Cr\$ 138,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,09
Ano Cr\$ 76,00
Exterior
ano Cr\$ 108,00

— Excedentes do para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

3. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD).
Sérgio Mário, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Ierêas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Ruy Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
Daniel Krieger — (UDN).
Heribaldo Vieira — (UDN).
Benedicto Valadares — (PSD).
Gaspar Veloso — (PSD).
Paulo Fernandes — (PSD).
Lourival Fontes — (PTB).
Aloísio de Carvalho — (PL).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).
2. Venâncio Igrejas — (UDN).

3. Freitas Cavalcanti — (UDN).
1. Menezes Pimentel — (PSD).
2. Jefferson de Aguiar — (PSD).
3. Ary Vianna — (PSD).
1. Fausto Cabral — (PTB).
2. Barros Carvalho — (PTB).
1. Mem de Sá — (PL).

Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Aloísio Guimarães, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugenio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
1. Silvestre Péricles (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).
3. Jorge Maynard (PSP).
1. Saulo Ramos (PTB).
2. Nelson Maculan (PTB).
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Colmbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Mattos — Vice-Presidente (UDN).
Colmbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN
1 — Sérgio Marinho
2 — João Arruda.
PSD
1 — Jefferson Aguiar
2 — Eugenio Barros.
PTB
1 — Nelson Maculan.
Secretário: Juheta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan — Presidente (PTB).
Eugenio Barros — Vice-Presidente (PSD).
Ovidio Teixeira (UDN).
Alourao Vieira (UDN).
Aloísio Guimarães (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes:

UDN
1 — Lopes da Costa
2 — Joaquim Parente.
PSD
1 — Pedro Ludovico
2 — Lobão da Silveira
3 — Francisco Gallotti.
PTB
1 — Saulo Ramos
2 — Lima Teixeira.
Secretária: Juheta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

tava em férias o Instituto Oswaldo Aranha, ali sediado, estabelecimento padrão de ensino primário, secundário e normal no Rio Grande do Sul, fundado sob o patrocínio do saudoso brasileiro, como em férias se encontravam as demais escolas locais.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Victorino Freire — Tive a honra e o orgulho de ser um dos representantes do Senado nas homenagens prestadas em Alegrete ao saudoso chanceler Oswaldo Aranha, ocasião em que, pela viúva Oswaldo Aranha o nome de V. Excia. foi lembrado como seu amigo e seu antigo Chefe de Gabinete. Foi uma das homenagens mais emocionantes a que, no curso de minha vida pública, assisti, prestada a um homem público. No Instituto Oswaldo Aranha, instituição modelar constituída quando o saudoso brasileiro era o Secretário da Educação do Rio Grande do Sul e iniciada quando prefeito de Alegrete, e que por tradição tem como patrono o Dr. Oswaldo Aranha, vi centenas de crianças com lágrimas nos olhos, quando os oradores emocionados se referiam à pessoa, à obra e ao valor do saudoso brasileiro. Por isso, é com emoção ainda que anotei V. Excia. para dar o testemunho do que foram as homenagens em Alegrete ao grande brasileiro desaparecido.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato pelo oportuno registro que V. Excia. inscreve no meu discurso.

Essas homenagens, Sr. Presidente, foram prestadas no último sábado, 27 do corrente, data do 32.º aniversário do referido Instituto, com a presença de representantes dos três poderes da República, tendo o Senado acompanhado nas pessoas dos nobres Senadores Daniel Krüger, Victorino Freire, Irenau Bornhausen, Barros Carvalho e Paulo Fender.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, por motivos de força maior, não me foi possível assistir às solenidades. Mas aqui estou presente, em nome da Maioria do Senado, por delegação do seu eminente líder Senador Felinto Müller para falar, embora em poucas palavras, sobre a vida e a obra de Oswaldo Aranha.

A cidade de Alegrete, por seus diligentes e seu povo, andou com grande acerto associando sua juventude às homenagens ali prestadas ao inesquecível brasileiro.

Os grandes mortos são sempre exemplos magníficos aos que se iniciam na vida, porque naquilo que fizeram, no bem que praticaram, nas obras que realizaram há estímulos e lições que só o tumulto e o tempo conseguem gravar com marcas indeléveis.

Não é fácil, ao contrário, é muito difícil apreciar o que Oswaldo Aranha exprimiu nos quadros da nossa vida pública, o que ele fez e o que ele foi, de bom, de útil, de necessário, de grandioso, através dos seus atos e de suas ações, em largo período da nossa história.

Os nobres Senadores Gilberto Marinho, Vivaldo Lima e Alô Guimarães, em discursos aqui proferidos na última sexta-feira e ontem, procuraram mostrar como Oswaldo Aranha foi singular, diferente dos outros homens de seu tempo, na vida privada e na vida pública, a todos exercendo embora sinceramente sua intenção não fosse esta, porque em seu coração transcendiam os mais refinados sentimentos humanos.

Há na sua vida, em todos os seus atos, os mais arrebatados aos mais traços de um belo conjunto de ideais que formam o seu espírito como que um torçador de nozes e patrióticas aspirações, desde as lutas distantes de sua mocidade, as lutas épicas das fronteiras gaúchas, as lutas das "anãs com oia" ajudava a escrever uma história sob impulsos verdadei-

ramente alenienses, visando não a conquista, posições na política estadual, mas o predomínio dos princípios que abraçara, todos vinculados à liberdade, à democracia, à independência política e econômica dos povos e das nações.

Os longos da fronteira natal, abrindo ao seu espírito a visão brasileira dos quatrocentos anos dos seus ancestrais paulistas, atraíram seu coração e sua fé, sob forma absorvente, para a imagem geográfica e política do Brasil.

Ele deixou Alegrete porque a grandeza do seu espírito foi atraída pela grandeza do coração da Pátria. Mas nunca seus olhos se afastaram da sua gleba natal. Nela ele pensava sempre, porque de sua geografia de velha Capital da República dos Farrapos, retirava a força patriótica com que servia ao Brasil, renovando, pela sua Pátria, os seus próprios ideais.

Ele mesmo o confessou, num dos seus memoráveis discursos, nestas palavras:

"A minha origem espelha toda a minha vida, forjada à imagem da terra natal e da vocação histórica e brasileira das fronteiras gaúchas.

A força dessas terras é invencível e os seus traços se imprimem, por forma irrevogável, em nossos destinos.

As raças não são senão terras transformadas em criaturas. O poder transformador da geografia física é, na mais das vezes, o criador da geografia política, e resume, em seu processo e em seu drama, a batalha das terras, senhora dos mares e dos ares, por elas dominadas através das suas lutas humanas e desumanas.

Em mim, no que fui e no que poderei ser, está a terra onde nasci e sobre cujo impulso teria de viver e morrer".

Quem conheceu Oswaldo Aranha ou acompanhou com impessoalidade a sua conduta política, pode testemunhar, ao longo de sua existência, o seu constante e extremado amor à causa pública. Quando falava, quando agia, quando opinava, no círculo de suas atividades privadas, a qualquer hora do dia ou nos serões noturnos de sua residência sempre cheia de amigos, ou quando exercia cargos públicos, dirigindo e decidindo, Oswaldo Aranha só via o Brasil, só ao Brasil atendia, ao Brasil e ao seu povo, indormido nas suas vigílias, atualizado no trato de quaisquer problemas nacionais e mundiais, pois segredos não havia para ele nos mais variados campos dos conhecimentos humanos.

Predestinado para os magnos trabalhos da Pátria, reunia as qualidades dos grandes gênios tutelares — era simples e bom, justo e probo, a todos conquistando por uma simpatia avassaladora, convencendo pela força da sua dialética luminosa e submetendo pelo mais irresistível comando pessoal. Vibrátil e dinâmico, Oswaldo Aranha era homem de pensamento e de ação como ainda ontem, em aparte, aqui declarou o nobre Senador Men. de Sá. Trabalhava sempre. Não sabia ficar em descanso. No governo ou fora dele, sua atividade era multifórmica, robusta, cheia de alegria e de vida, notada de uma riqueza peregrina. O que ele fez não se contém em um livro, mas em muitos livros. Já o declarou por ocasião de sua morte. Sua obra é imensa, abrangendo todos os setores do pensamento e da administração pública do País. Ele foi advogado, escritor, político, economista, pensador e sociólogo. Os grandes homens do mundo o festejavam — escreviam-lhe, mandavam-lhe livros, que ele lia numa rapidez espantosa, para debater, logo depois, com os amigos as teses ou os aspectos mais destacados dessas obras.

Segundo um brilhante jornalista contemporâneo, falar sobre a vida e a obra de Oswaldo Aranha será o mesmo que escrever a história política do

Brasil de 1930 até o dia de sua morte. Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, depois de ter sido Prefeito de Alegrete e Deputado Estadual, Oswaldo Aranha foi aí covam antigas dinastias familiares que sidente Washington Luiz e ao seu posto fez o quartel da revolução que deveria renovar os costumes e as práticas democráticas em nosso País, até então governado pelo coronelismo e pelas eleições fabricadas de acordo com a conveniência dos grupos dominantes, entre os quais se encontravam antigas dinastias familiares que a República vinha alimentando sem meios de defesa.

Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores aos trinta e seis anos, Oswaldo Aranha, forçado a criar e presidir, nessa qualidade, a célebre Junta de Sanções que os revolucionários mais exaltados pretendiam transformar numa nova Inquisição, soube manter a ordem, o equilíbrio, a serenidade e o espírito de justiça entre o choque do ideal reformista e punitivo e a reação defensiva e conservadora do povo e das classes produtoras. E o que se viu, em verdade, afora alguns exilios preventivos, foi a espionagem da vitória afastando para a poeira dos arquivos os erros do passado, deixando de lado a figura sempre discutível dos crimes políticos, em regimes que se sucedem e se transmudam.

Ministro da Fazenda, logo após, coube a Oswaldo Aranha empreender, dentre outras, duas grandes e importantes obras — a consolidação das dívidas externas do Brasil e o reajustamento dos débitos da agricultura nacional.

Sr. Presidente, era verdadeiramente caótica a situação da dívida externa do Brasil quando o Ministro Oswaldo Aranha assumiu a Pasta da Fazenda, nos primeiros tempos da Revolução de 30. Não havia lançamento algum nos livros do Tesouro sobre o montante dessa dívida. O Brasil pagava os juros à vista de notas e apontamentos, deixados nos Gabinetes dos Ministros da Fazenda pelos representantes dos banqueiros alienígenas. De nada se sabia a respeito do total do nosso débito com o exterior.

O Ministro Oswaldo Aranha num trabalho de gigante, auxiliado por uma equipe de homens de boa vontade, conseguiu, em pouco tempo, levantar o montante dessa dívida. Mandou vir do estrangeiro cópias autênticas dos contratos de empréstimos e do seu valor foram reduzidas as prestações e os juros até então pagos por conta do débito. Dêse modo, em 31 de dezembro de 1930, levantou ele o total da dívida externa do País, que ia em libras, a duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e uma.

Logo após, elaborou o conhecido "Esquema Oswaldo Aranha", cumprido por todos os governos que se seguiram. Estabelecia condições tão favoráveis ao nosso País que hoje, praticamente, nada mais devemos desses compromissos antigos, cujas primeiras operações foram realizadas ainda em 1930.

Sr. Presidente, no que se refere à dívida da Agricultura, é público, em nosso País, que esse endividamento se tornara crônico, remontava aos tempos do Império, desde a abolição da escravidão, realizada sem o ressarcimento devido.

O endividamento se processava graças a três causas: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Outra causa, que a essas pode ser acrescentada e que se tornou no correr dos anos, a mais atuante porque mais efetiva e constante, foi a falta de crédito agrícola.

Esse endividamento se mostrava de tal modo insuportável que os agricultores ficaram numa situação de absoluta insolvência. A mercê dos seus credores e dos bancos portadores das suas hipotecas.

Não é fora de propósito que eu relembro o adágio que, por causa desse endividamento se tornou conhecido em nosso País: "Pai rico, filho nobre, neto pobre".

Esse adágio recebeu de Gilberto Freyre a devida interpretação, o sentido exato que encerra: dissipação da riqueza agrícola através dos obstáculos a que se me referi, das causas que acabei de citar e também da falta de amparo à agricultura por parte dos Poderes Públicos.

Coube a Oswaldo Aranha, quando pela primeira vez Ministro da Fazenda, voltar suas vistas para os problemas da agricultura nacional. Procurou solução cabal e definitiva, com o decreto conhecido por "Reajustamento Econômico", primeiro começado por uma moratória decenal e, depois, por uma verdadeira quitação das dívidas dos agricultores, pagas pelo Governo sob forma de apólices.

Estrs, Sr. Presidente, as duas grandes obras de Oswaldo Aranha na sua primeira gestão na Pasta da Fazenda. Mas a esse tempo, empreender ainda o grande brasileiro a reforma dos serviços e esse setor da administração pública. Hoje o que ali vigora a legislação em que se baseiam as atividades do Ministério é a do seu tempo; é aquela que ele adotou em decreto do Governo Provisório.

Sr. Presidente, mais tarde, exerceu Oswaldo Aranha as funções de Ministro das Relações Exteriores. Com a ajuda de sua inteligência e do seu grande discernimento, a reorganização dos serviços do Itamarati, de modo a dinamizá-lo e atualizá-lo, para permitir que as atividades diplomáticas se tornassem mais atuantes como o fato ocorreu durante os anos que se seguiram. Mais adiante, o Governo o enviou para os Estados Unidos da América do Norte como nosso Embaixador. Todo o Senado como o Brasil inteiro conhecem a atuação de Oswaldo Aranha naquele país, tão brilhante, tão patriótica e tão notável que por duas vezes se viu na Presidência do O.N.U. para a glória da nossa Pátria.

Sr. Presidente, Oswaldo Aranha, por todos esses títulos, se tornou um verdadeiro cidadão do mundo e, nessa qualidade, prestou relevantes serviços ao Brasil, inclusive tornando nossa Pátria mais conhecida nos países alienígenas, através do fama e do valor do seu próprio nome.

Dedicou-se Oswaldo Aranha à política externa com grande empenho, não o fez porém, Sr. Presidente e Senhores Senadores, sem esquecer o deixar de lado, a política interna do seu País, porque o Brasil sempre ocorreu a primeira e mais absorvente de todas as suas atenções. Em entrevista concedida ao jornal "Última Hora" de 17 de março de 1958, ele fez o ensino de dizer: "O Brasil não é mais uma colônia onde os imperiais podem reinar e se disputar". De mesmo modo que desejava ver o Brasil independente, Sr. Presidente, pretendia tratamento igual para os demais povos. Sua ação de estadista, de olhos voltados para o mundo, não se orientava apenas para a independência e a grandeza da sua terra. Reivindicava idêntica situação para todas as Nações a fim de que, por igual, desfrutassem da liberdade e da emancipação econômica. Na mesma entrevista teve ensino de acrescentar esse pensamento e esse critério político, dizendo: "O Brasil é um País que conquistou sua independência e não pode, consequentemente, contrariar a independência de outros povos que na mesma situação em que ele se encontra, procurar hoje libertar-se de velhos jugos".

Ai está, Sr. Presidente, como Oswaldo Aranha se referia ao ideal de independência dos povos que 110 anos depois sofrem a pressão colonizadora das nações imperialistas. Ele via o Mundo, não dúvida, com um todo, como um todo grandioso. Mas não deixava de considerar a

a grandeza desse todo, a independência e a beleza desse conjunto, devia ser guardada, assegurada, garantida pela independência e pela emancipação das partes que o constituíam.

E assim é, Sr. Presidente, que Oswaldo Aranha se fez um sincero, um devotado americanista, empregado o vocabulário no amplo sentido ou na expressão que lhe dá a política deste Continente.

Ele era por uma América unida e progressista, dentro da ordem e paz, à base da solidariedade, com a independência política e econômica dos Países assegurada de um modo sem contrastes.

Nesse americanismo, Oswaldo Aranha não via nem admitia o isolacionismo. Muito ao contrário, na união das Américas, o que ele divisava era o fortalecimento do Continente Americano para que pudesse ser um ponto de sustentação da paz mundial, ameaçada pelos problemas e pelos dramas dos antigos povos, no campo social, político e econômico.

Ele via a ONU com a sua soberania e a sua grandeza, como órgão que cúpula de todas as Nações do Mundo. Mas não deixava de reconhecer a necessidade da existência dos órgãos que resultavam de pactos internacionais como a OTAN — Organização das Nações do Atlântico Norte — e como a OTAS — Organização das Nações do Atlântico Sul — e muitas outras.

Sr. Presidente, ao contrário do que poderia parecer ao observador inexperto das atitudes e dos pensamentos dos grandes homens públicos, não foram os Estados Unidos que inspiraram esse americanismo a Oswaldo Aranha, mas cada um dos países da América, isoladamente, considerados pela sua história, pela sua geografia, que ele estudou estudou e conhecia que ele estudou e conhecia como poucos, cada um desses países pelo que são e pelo que devem ser e todos eles, no seu conjunto, pela cadeia estrutural de sua grandeza material e moral.

Oswaldo Aranha, Sr. Presidente, Senhores Senadores, nosso Embaixador nos Estados Unidos, estudou a história e a vida daquele país a fundo e a fundo estudou, também, os seus homens, os seus políticos. Aquêles que, de perto, privaram com o eminente brasileiro não deixaram, por certo, de reconhecer que ele formulava grandes restrições aos políticos americanos, na parte referente ao tratamento econômico que aquela Nação dispensava ao Brasil e a outros países do mundo.

Ele era, não há dúvida, um grande admirador do povo americano. Mas levantava sempre a sua voz, objetando e contestando a orientação exclusivista, imperialista, dos Estados Unidos, contra as pequenas Nações.

Ainda há poucos meses, Sr. Presidente, o eminente jornalista que é o Embaixador Assis Chateaubriand, num dos seus lapidários artigos, teve ocasião de narrar um fato expressivo que deseje, por minha vez, transmitir ao Senado: achava-se no Brasil, em visita ao nosso país, uma brilhante jornalista americana, da imprensa dos Estados Unidos, que fora rever, na sua residência, o seu velho amigo Oswaldo Aranha. Com ele conversara durante três longas horas e dele ouvira as mais duras objurgatórias, as mais duras críticas e censuras contra a política norte-americana em relação ao Brasil e a outros países do mundo. Mantiveram uma demorada polémica, por vezes acalorada, e ela ali saiu assustada, com a impressão de que Oswaldo Aranha se transformara num grande inimigo dos Estados Unidos. Procurou então Assis Chateaubriand, para quem apelo: no sentido de ser amenizado o tratamento que Aranha passara a dispensar à grande Nação americana.

Vela V. Ex.^a, Sr. Presidente, veja o Senado o valor que Oswaldo Aranha inspirava às pessoas de repre-

sentação pública nos Estados Unidos. Uma jornalista ali credenciada se impressionara de tal modo com a atitude do grande brasileiro que pediu a intervenção de Assis Chateaubriand no sentido de torná-lo mais ameno com a sua terra. Naquela noite, jantando com a brilhante jornalista, Chateaubriand procurou convencer-lhe apenas de uma realidade: Oswaldo Aranha não estava contra os Estados Unidos, mas continuava a ser o que sempre fora a favor, extremamente a favor do Brasil. E fez-lhe compreender que quando Aranha se opunha à política americana, quando combatia o sistema do Governo Republicano dos Estados Unidos e a política do Presidente Eisenhower, nada mais fazia do que defender sua Pátria querida — o Brasil, sua grande preocupação.

Sr. Presidente, Oswaldo Aranha era um madrugador no estudo e nas soluções dos problemas brasileiros, como dos problemas de ordem internacional. Ninguém o colhia ou o interrompia sobre o mais novo ou o mais imprevisto dos problemas sem que ele respondesse de pronto, sugerindo amplas e oportunas soluções. Era o pregoeiro, grande vexillário dos nossos horizontes humanos. Seu pensamento, como um argonauta, desbravava os espaços mais desconhecidos. Quando os problemas mundiais começavam a surgir no debate, chamando a atenção dos povos e dos homens públicos, em todos os países, Oswaldo Aranha penetrava esses problemas, buscando para eles uma solução. Quando a China, a grande China Comunista dos dias atuais, começou a impressionar o mundo, Oswaldo Aranha, interrogado a respeito do que pensava sobre sua inclusão na ONU, teve ensejo de dizer, nessa entrevista a que me referi, de 17 de março de 1958:

"A minha opinião é conhecida há onze anos, quando achei que se deveria proclamar a Independência de Formosa e reconhecer a China. Então acreditava que isso fosse possível. Hoje o problema da China será resolvido e a própria ONU, em suas Assembleias, vem demonstrando crescente tendência a admitir a China Popular, que, entretanto, nunca pleiteou, nunca apresentou diretamente, por motivos que desconheço, sua pretensão de entrar nas Nações Unidas."

Todavia, essa pretensão é apresentada através de terceiros e cada ano ganha mais três ou quatro votos. Assim chegará o momento em que ela entrará, fatalmente, nas Nações Unidas."

Sr. Presidente, em 1959, Oswaldo Aranha representou de novo o Brasil na ONU. E o problema da China foi ali discutido.

O Governo do Brasil, na ocasião, não estava inclinado, por motivos diversos, a votar a favor da inclusão da China na ONU e a nossa Delegação chefiada por Oswaldo Aranha, recebeu instruções para votar com os Estados Unidos, contra a pretensão do grande país asiático.

Ao regressar daquele país e interrogado sobre como explicava sua atitude favorável à China, presidindo uma Delegação que votara contra a inclusão desse país na ONU, respondeu pelo seguinte forma:

"O fato é verdadeiro, essa versão tem certa razão. Realmente, o Brasil votou com os Estados Unidos por instrução do nosso Governo. Mas, justamente porque há 11 anos já me havia manifestado favoravelmente à entrada da China Popular na ONU, não me era possível falar defendendo o ponto de vista dos Estados Unidos."

Por que declarou o Ministro Oswaldo Aranha que deixara de falar defendendo a atitude do Brasil?

É fácil a explicação, Sr. Presidente. A atitude do Brasil foi defendida na tribuna da ONU, por um dos seus delegados. Ao terminar o respectivo discurso, Oswaldo Aranha foi procurado por um representante americano, que lhe solicitou voltasse à tribuna, pois o Brasil não dera explicações satisfatórias. A resposta que ele deu foi esta: "Recebi instruções para votar com os Estados Unidos, não, porém, para defender o ponto de vista dos Estados Unidos".

Ficou coerente com a sua atitude pessoal, com aquilo que há onze anos sustentava.

Sr. Presidente, no campo internacional, quero ainda registrar o pensamento de Oswaldo Aranha no que se refere ao Continente Africano.

A África, de há alguns anos, vem impressionando o mundo com as reivindicações de seus povos sofredores. Há muito tempo, Aranha manifestara-se favorável à independência dos países africanos. A última vez em que representou o Brasil na ONU foi de sua iniciativa a proposta no sentido da criação de uma Comissão de Estudos do Continente Africano, nos moldes da que funciona para os Estados da América Latina. Foi assim organizada por proposta do grande brasileiro a Comissão Econômica de Estudos das Condições dos Países Africanos.

Na entrevista a que já me referi, teve Oswaldo Aranha ensejo de se manifestar a respeito desse magno assunto com estas palavras:

"Uma das contribuições da Delegação Brasileira foi a da criação da Comissão Econômica para a África, contra a qual resistiram as grandes Nações. Mas que acabou, graças ao trabalho da Delegação, nesse setor chefiado pelo Sr. Augusto Frederico Schmidt, sendo adotada unanimemente, com a reserva unicamente da Bélgica."

A África era um Continente mascarado para nós, onde não podíamos penetrar, pois quase todo ele sob o regime colonial, era vedado à investigação, e víamos somente as informações solicitadas pela própria ONU acerca das formas de trabalho e de vida das populações africanas. E fora de dúvida que lá ainda existe o trabalho escravo, ou pelo menos que grandes massas de populações estão sendo exploradas por maneira a criar uma concorrência desigual e altamente comprometedora para países como o Brasil que, tendo produções similares, trabalham na base das conquistas mais avançadas das massas trabalhadoras. A Europa considera a África, agora, como uma península europeia e para lá está voltando seus capitais. Não temo, entretanto, o mercado europeu, e sim essa forma de trabalho escravo concorrendo com o trabalho livre.

A assistência europeia à África virá no entanto, apressar a libertação dos povos africanos e não devemos contrariá-la, porque se por um período vier a exigir um certo sacrifício para o Brasil, dentro de poucos anos a libertação africana ocorrerá como um dos fenômenos inevitáveis da vida política. Então, as nações africanas, concorrerão com as que já existem num pé de igualdade."

Ainda que por algum tempo, o desenvolvimento da África nos possa prejudicar, acabará por ser-nos útil."

Sr. Presidente, era por esta forma que Oswaldo Aranha examinava a situação dos países do mundo. Assim como desejaria para a China, o tratamento que recomendava para a África, Ásia e outras regiões do mun-

do, também queria para o Brasil, que era constante nas suas idéias, nos seus trabalhos.

Ao discursar, em 21 de abril de 1959, na velha e tradicional Cidade de Ouro Preto, nos festejos anuais que ali se realizam em comemoração a Tiradentes, com a presença do Governador de Minas Gerais, que nesse dia transporta para lá a sede da sua administração, Oswaldo Aranha proferiu um dos mais notáveis discursos de sua existência, no qual analisou a política de desenvolvimento econômico do Brasil a política nacionalista, que muitos ainda combatem entre nós.

Disse o eminente brasileiro a respeito deste assunto:

"A programação do nosso desenvolvimento, sem auxílio exterior, mais do que técnica e financeira propriamente econômica, e será eminentemente política, mais do povo do que do Governo."

Não poderemos hesitar entre a casa de Joaquim Silvestre o Capitão de Tiradentes. Os Inconfidentes convenceram-se, como anunciara Vieira mais de um século antes deles, que nos podíamos governar por nós mesmos, melhor do que faziam os portugueses e que ainda melhor poderíamos extrair e explorar as nossas riquezas e trabalhar a nossa terra e o nosso destino. Pressentiu o grande apóstolo, a força, a capacidade, o poder de criar e nacionalizar a terra e a gente de Vera Cruz.

O nacionalismo é a constante de nossa História política e da de todos os povos que querem escrever e viver a própria História. Ele antecedeu José Bonifácio e a independência de quase meio século, porque ao 7 de setembro de 1822 faltou o espírito republicano da Inconfidência e o martírio brasileiro de Tiradentes. Faltou a República e faltou o Brasil, tanto que em 7 de abril de 1931, foi a Independência nacionalizada pelo povo, quando o 1º Brasileiro, ainda infante, começou a imperar sob uma Regência nativista, que marcou o período áureo e nacional da vida política do Brasil."

E continua Oswaldo Aranha no discurso brilhante que proferiu em Ouro Preto, pregando aos brasileiros, como arma de combate, como bandeira de luta capaz de levar este país a sua indispensável e indeclinável emancipação econômica e verdadeira independência política que só pode existir depois da emancipação econômica:

Lendo:

"O nacionalismo resultou, como não poderia deixar de resultar, da opressão colonial, do desajuste monárquico, da falta de cooperação mundial, da desigual distribuição das riquezas entre os povos e da impossibilidade de acesso às fontes e reservas da prosperidade e, sobretudo, de uma consciência política, econômica, nacional e até individual. E' hoje, uma ideologia, uma nova técnica de desenvolvimento, de emancipação e de sobrevivência dos povos marginais e menos desenvolvidos. Não há, para esses países, desenvolvimento possível sem nacionalismo que não se caracterize pelo esforço, em prol do desenvolvimento nacional."

Sr. Presidente, Oswaldo Aranha, na multiplicidade dos seus predicados morais, na grandeza de seu espírito, na singularidade das suas manifestações, foi um homem verdadeiramente predestinado. Não houve campo de atividade mental ou espiritual em que ele não deixasse as suas marcas. Até mesmo no terreno das letras ele se empenhou de se manifestar várias vezes.

Certa ocasião um amigo lhe escreveu uma carta dizendo que ele era, sobretudo, um escritor e um literato. No primeiro discurso que proferiu, após o recebimento dessa carta, narrou o fato e disse essas palavras que vou ler ao Senado, nesta recordação que ora faço da sua empolgante figura:

Lendo

"Desejaria que assim fosse e que a suave, nobre e bela vocação das letras, exaltada pelo primoroso discurso do Vosso Presidente, pudesse reunir-se à minha acidentada e atribulada vida.

Nasci mais para criar e agir, do que para pensar e escrever. Não me deu a vida tempo para meditar, callo para escrever impulso para criar. Não consegui jamais encontrar-me com a arte, a si, naquele jardim encantado, como disse Godofredo Tincro, em que vicejam as mais formosas flores do espírito. Fui um assíduo leitor, jamais um autor. Não conheci o gosto literário, como enação pura, e nem o amor das letras, como vocação pessoal. Tudo que li, pensei e escrevi o fiz para agir. A arte para mim, foi sempre um prazer necessário e útil, jamais uma vocação, um gosto, um prazer. Não mereci jamais o prêmio dos eleitos. Vivi entre poetas, músicos e escritores e, graças à minha formação, não fui levado a invejá-los e menos a imitá-los. Trazia, em mim, um destino irrevogável, que nada conseguiria modificar.

Este homem, Sr. Presidente, de fina sensibilidade, que exerceu no país os mais altos cargos e praticou as mais grandiosas ações, inclusive na sua volta às funções públicas quando, pela segunda vez, ocupou o Ministério da Fazenda, no último Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Foi o seu último período de atividade mais intensa em prol da causa pública. E foi quando o acompanhei de perto, de manhã à noite, às vezes até alta madrugada. Nunca me esquecerei dessa fase da minha vida. A mais trabalhosa talvez, porém a mais grandiosa para a minha pobreza e minha modestia.

Ao lado de Oswaldo Aranha diariamente, senti a imponência e a nobreza de seu espírito. Vi como trabalhava, como pensava, como sabia produzir.

Se eu tivesse tempo e este recinto fosse propício, contaria ao Senado para conhecimento de Brasil, como nasceu a Instrução 70. Hei de fazê-lo um dia, em outra oportunidade. Nasceu, em poucos momentos e na minha presença, das elocubrações de Oswaldo Aranha, de sua iniciativa direta e foi transmitida ao Dr. Marcos de Souza Lanttas, numa corrida de automóvel do Palácio do Catete para sua residência, nas Laranjeiras. Em menos de setenta e duas horas, esse grande documento de reforma cambial foi substanciado nos termos que todo o Senado conhece e pôsto em execução, para resolver o estado caótico, em que a flação se encontrava àquela época, devendo a todos os países, menos a Portugal e ao Uruguai.

A Instrução 70, em três meses de aplicação, conseguiu inverter essa posição devedora do Brasil, fazendo com que nosso País, nesse período, se tornasse credor de todos os outros com quem comerciava, pela grande receita que pôde produzir no seu sistema.

A balança comercial, quando Oswaldo Aranha assumiu o Ministério da Fazenda, apresentava um déficit de vinte um milhões, quase quatrocentos e sessenta mil dólares, no primeiro semestre de 1953. Já no segundo semestre, essa posição foi invertida, com o saldo favorável de duzentos e quarenta mil dólares e o superavit foi de seis bilhões, oitocentos e quarenta e cinco

milhões de cruzéis, obtidos nestes três meses.

Inventemos, como disse, nossa posição com todos os países. Devíamos cerca de dezessete bilhões de cruzéis e passamos a credor, graças à Instrução 70, de onze bilhões, novecentos milhões de cruzéis, de todos os países. Semelhante com os Estados Unidos, de um saldo devedor de doze bilhões de cruzéis, registrado em 1952, passamos a ter um saldo credor de oito bilhões, quatrocentos milhões de cruzéis, numa movimentação global de vinte bilhões de cruzéis.

Este foi, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o grande ato do Ministro Oswaldo Aranha, na sua última passagem pelo Ministério da Fazenda.

O tempo não me permite prolongar por mais tempo, na análise de tudo quanto fez Oswaldo Aranha. O tempo, aliás, Sr. Presidente, é sempre pouco, é sempre curto para se falar de Oswaldo Aranha, porque os seus atos a sua vida daria para muitos livros, para longas horas de uma explanação.

Sr. Presidente, lembro-me, nesses instantes finais das homenagens que venho aqui prestar, em nome da maioria, à memória de Oswaldo Aranha, do seu dia derradeiro.

Havia passado as suas mãos um dossier que organizara para seu estudo sobre a questão da *Port of Pará*, então muito discutida nos jornais. Eu sabia que Oswaldo Aranha participava dos entendimentos com a França, quando Ministro das Relações Exteriores, e tomei a iniciativa de reunir elementos que apresentei ao seu estudo. Cheguei ao seu escritório, ao lado do qual tinha o meu, para receber suas palavras a respeito do assunto. Encontrei-o às seis horas e quarenta minutos da tarde daquela noite em que veio a falecer, pouco depois das vinte horas, eufórico e contente como sempre, mostrando-me em duas ou três folhas de papel que guardo em meu poder — o que já havia escrito, o resumo feito da sua intervenção no caso da *Port of Pará*. Chamara minha atenção para determinados aspectos do problema com a França, pois que a ele parecia que as autoridades fugiram ao cumprimento do esquema ou do acordo que sob sua orientação fora realizado com aquele país.

Oswaldo Aranha estava contente, Sr. Presidente, estava no seu clima mental, porque cuidava dos interesses do País. No entanto, de surpresa, pouco depois, tomava definitivamente. Desaparecera dentre os vivos, deixando a nós todos aturdidos, nós que o víamos na pujança da saúde, na exuberância da inteligência, das suas mais belas qualidades morais.

Sr. Presidente, Oswaldo Aranha como Rui Barbosa e Getúlio Vargas, nos últimos cem anos da nossa Pátria, foi das maiores figuras que o País teve. Se olharmos para o passado, se concentrarmos nossas vistas sobre a Revolução de 1930 e buscarmos, num exame mais profundo as causas e as origens desse movimento; se examinarmos o papel de Oswaldo Aranha nessa epopéia, por certo verificaremos que ele saiu desses cem anos para incorporar-se com outras figuras da nossa História, colocando-se ao lado de outros vultos. Por certo que ele foi ficar ao lado de Pedro I e de Tiradentes, foi procurar a familiaridade de Deodoro, foi conversar com José Bonifácio, com Euclides, enfim, com todas as grandes figuras que deixaram marca em nossa História.

Em 1930, Oswaldo Aranha foi o artífice e o cérebro de uma nova era para o Brasil. E quem executou missão dessa altura, por certo passa à História, como grande vulto da Pátria.

O Sr. Fernandes Távora — Da Ilença V. Ex^a para um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Oswaldo Aranha foi a alma da Revolução de

1930. Encontrei-o em 1929 em Porto Alegre, e vi como preparava o movimento que mudaria os desígnios do Brasil. Depois, acompanhei sua vida durante todo o tempo em que serviu o País. Exercia atividades polêmicas e possuía grandeza de vista pouco vulgar. Aqui, na América do Norte, ou em qualquer ponto onde se encontrasse, trabalhava pelo Brasil. Grande cidadão, sua morte o País ainda hoje depora.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — V. Ex^a ilumina com suas palavras o meu discurso de homenagem a figura de Oswaldo Aranha. Muito grato a V. Ex^a.

Oswaldo Aranha, é assunto inexorável, e longe que amensa o espírito de todos aqueles que com ele privaram, que conectam a sua obra, ou que se interessam pelos grandes problemas do Brasil.

Revê-lo, Sr. Presidente, no que ele foi de bom, de humano e grandioso é um encanto, especialmente para mim, que fui modesto chefe do seu gabinete, quando Ministro da Fazenda. Recordar a sua memória e uma caminhada romântica, circundada de luzes, de flores, de lutas heroicas, de amor a família, à Pátria, aos homens e às mulheres de todas as raças do mundo.

Parodiando Carlyle, quando nos seus "Heroes" fala de Voltaire, poderíamos dizer em relação a Oswaldo Aranha — "Não houve nada de mais alto, de mais belo e de mais nobre em todo o Brasil, que não sentisse que esse homem era mais alto, mais belo e mais nobre".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem). (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto que vai ser lido.

É lido e vai às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o seguinte:

Projeto de Resolução nº 15, de 1961

Define, quanto a vencimentos e vantagens, a situação do funcionário do Senado posto à disposição de outro órgão do poder público

O Senado Federal, tendo em vista o art. 405 do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959), combinado com os arts. 300 e 339 do Regulamento da Secretaria (Resolução número 6, de 1960), resolve:

Art. 1º Nenhum funcionário à disposição de outro órgão do poder público perceberá vencimentos e vantagens pelo Senado Federal.

Art. 2º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de resolução tem o objetivo de definir, em matéria de vencimentos e vantagens, nestas não compreendida a gratificação adicional por tempo de serviço, a situação do funcionário do Senado que, com autorização deste, nos casos admitidos pelo Regulamento da Secretaria, seja posto à disposição de outro órgão do serviço público.

É oportuno acentuar que, tanto no Regimento Interno como no Regulamento da Secretaria, o pensamento nitidamente expresso é o de evitar o desvio de servidores com prejuízo dos interesses da Casa.

Assim como não quer desfalecer em seu proveito outros órgãos do poder público, também não deseja o Senado que os seus serviços sejam prejudicados em favor de outros órgãos.

Nada mais justo e natural que assim seja, pois, se a Casa constitui

um corpo de colaboradores, se os selecionou, se tem procurado aperfeiçoá-los, é porque precisa deles.

Dai a orientação restritiva que adotou.

No Regimento Interno estabeleceu a seguinte restrição ao órgão encarregado da sua administração interna:

"Art. 405. A Comissão Diretora não requisitará funcionário de qualquer repartição ou serviço, salvo o disposto no parágrafo único do art. 397 nem o funcionário da sua Secretaria à disposição de outro órgão do poder público".

Ficou, assim, reservado ao próprio Senado o deliberar sobre os casos que surgiam.

Entretanto o Regulamento da Secretaria julgou conveniente definir as exceções que possam ser admitidas:

"Art. 369. Os funcionários da Secretaria não poderão ser requisitados para servir em qualquer outro ramo do poder público, exceto para missões e comissões de caráter temporário, ou para servir em organismos internacionais, incorporados pelo Brasil, mediante previa permissão do Senado".

E, finalmente, determinou:

"Art. 360. Perderá o vencimento do cargo efetivo o funcionário:

I — quando afastado para ter exercício em outro órgão dos poderes públicos, salvo os casos previstos no art. 369 deste Regulamento;

II — quando no exercício de mandatoativo federal, estadual ou municipal.

A norma c.c., através deste projeto, se quer introduzir é, pois, um complemento lógico do que acabam de ser enunciadas.

Sala das Sessões, em 25-5-1961. — Moura Andrade — Cyro Mello. — Aguiar de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 155, de 1961

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1961.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1961. — Aguiar de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da deliberação do Plenário, passa-se, imediatamente, à discussão e votação da Redação Final, constante do Parecer nº 188, lido no expediente.

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte:

Requerimento nº 156, de 1961

Sr. Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Departamento Administrativo do Serviço Público as seguintes informações:

1º) Que resultou da rejeição do veto parcial ao art. 19 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960;

2º) que modificações trouxe para o pessoal de que trata a Lei nº 3.463-58, que entrou em cinco dias de execução na data do Plano, mas na expectativa de um direito adquirido por força daquela lei do Congresso Nacional;

3º) que outra categoria de servidores poderia ser beneficiada com a queda do veto se não o pessoal das verbas globais, já que, desde 1954, um decreto proibia terminantemente a admissão de extranumerários para o Serviço Público Federal;

4º) revogou um decreto do Poder Executivo a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, tornando nula a expressão: "pela lei nº 3.483-58, contida no texto do art. 19 da referida lei".

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1961. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de outro Requerimento que se acha sobre a mesa.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 157, de 1961

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requiera não se realize sessão do Senado em 1 de junho, por se tratar de dia santificado, da mais alta significação para os ensinamentos religiosos do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1961. — Gilberto Marinho. — Filinto Müller. — Barros de Carvalho. — Aló Guimarães. — Nelson Maculan. — Silvério Del Caro.

O SR. PRESIDENTE:

Finda a hora do expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1960 (nº 3.881, de 1958, na Câmara) que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, tendo pareceres favoráveis sob ns. 155 e 156, de 1961, das Comissões: de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado que vai a sanção

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 1960

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, e imposto de consumo, para a maquinaria e demais equipamentos destinados à instalação de usinas hidrelétricas da Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, constantes das licenças de importação de ns. 18-56 — 9.775-13.985, 18-56 — 17.530-18.071, 18-58-129-44 519, 979-39, 40.178, 13-58, 33.488, 18-56 — 38.980 — 40.177, 18-57 — 9.250 — 13.740, 18-57 — 8.345 — 898, 18-57 — 29.057 — 29.477, 18-57 — 11.027 — 28.953, 18-57 — 11 — 026-26.952, 18-57 — 27.892 — 27.345, 18-53 — 047 — 897, 18-58 — 443.729, DG 58-45.157-43, 638, DG 58-45, 153-43.639, DG 57-T 49.294-49.520.

Parágrafo único — As isenções concedidas não se aplicam a materiais com similar nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 74 de 1960 (nº 4.746, de 1958, na Câmara) que concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros Parente e Lúcia Costa Perlingeiro, tendo pareceres sob ns. 161 e 162, de 1961, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável e de Finanças, pela aprovação com a emenda que oferece.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 1960

(Nº 4.746-D, de 1958, na Câmara dos Deputados)

Concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros Parente e Lúcia Costa Perlingeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São concedidas uma pensão especial vitalícia de Cr\$ 8.000,00 (oitto mil cruzeiros) mensais a Maria do Amparo Medeiros Parente, viúva do ex-Deputado Marcos Santos Parente, e outra, também vitalícia e do mesmo valor, a Lúcia Costa Perlingeiro, viúva do Dr. Rubens Perlingeiro.

Art. 2º Essas pensões correrão a conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Aprovada a Emenda.

É a seguinte a emenda aprovada.

EMENDA Nº 1

"São concedidas uma pensão especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais a Maria do Amparo Medeiros Parente, e viúva do ex-deputado Marcos Santos Parente, e outra, também vitalícia e de Cr\$ 8.000,00 (oitto mil cruzeiros) mensais a Lúcia Costa Perlingeiro, viúva do Dr. Rubens Perlingeiro.

Votação, em primeira discussão, com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1960, que regula as normas de extensão equitativa a todos os Estados, de acordo com a situação de cada um, dos favores atualmente concedidos a alguns, em relação à manutenção ou criação de Universidades e Escolas Superiores isoladas, tendo parecer nº 130 da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 158, de 1961

Nos termos do art. 253, letra a, do Regimento Interno, requiera seja retido

da tramitação na Casa e encaminhado ao Arquivo o Projeto de lei nº 21, (do Senado) de 1960 de minha autoria.

Sala da Sessão, 30 de maio de 1961. — Câmara Pardo.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto será arquivado.

Votação, em discussão única, do Requerimento nº 153, de 1961, dos Srs. Senadores Lino de Matos e Victório Freire, como Líderes, respectivamente, do Partido Trabalhista Nacional e do Partido Social Democrático, solicitando urgência nos termos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1961, que dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e de outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação do Plenário, o projeto figurará na Ordem do Dia da terceira sessão ordinária que se seguir a presente.

Estão presentes 42 Senhores Senadores.

Primeira discussão (2º dia) do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 11-61 na Casa de origem) que inclui alterações na Constituição Federal, na parte relativa à organização do Distrito Federal, dos Territórios e dos Estados, bem como na fixação de vencimentos, subsídios, diárias e ajuda de custo, tendo parecer favorável, sob nº 185, de 1961, da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Está encerrada 2º dia da primeira discussão.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 159, de 1961

Nos termos do art. 368 do Regimento Interno, requeremos o encerramento da 1ª discussão do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1961. — Filinto Müller. — Victorino Freire — João Arruda. — Menezes Pimentel — Zacharias de Assunção. — Silvério De Caro. — Pedro Ludovico. — Lima Teixeira. — Ovidio Teixeira. — Aloysio de Carvalho. — Nogueira da Gama. — Caiado de Castro. — Lobão da Silveira. — Silvestre Péricles. — Vitalino Lima. — Dix-Huit Rosado. — Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento está subscrito pelo número de Senhores Senadores exigido pelo Regimento Interno e, para sua aprovação, exigem-se também votos favoráveis de dois terços do Senado.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Requerimento na sentido do encerramento da primeira discussão do Projeto de Emenda Constitucional número 1, de 1961, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado, por unanimidade.

A primeira discussão, que deveria realizar-se durante cinco sessões ordinárias, de acordo com o Regimento, pela deliberação da Casa acaba de ser concluída.

pensa de interstício, esta leitura vai ser procedida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 160, de 1961

Nos termos do art. 211, n, combinado com o art. 372 do Regimento, requeremos a dispensa do interstício de que trata o art. 367, § 1º da Lei Interna, a fim de que o Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1961, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, para votação.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1961. — Filinto Müller — Victorino Freire.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação do Plenário, o Projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão de amanhã, para votação.

A votação, que será nominal, exige o quorum de quarenta e dois Srs. Senadores — dois terços do Senado, de votos favoráveis à Emenda.

Assim, a Presidência apela aos Srs. Senadores para que colaborem no sentido de que haja o quorum regimental, na sessão de amanhã.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1961 (nº 4.749, de 1958, na Casa de origem), que concede, durante cinco (5) anos, o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Santa Casa de Misericórdia, de Ieme, Estado de São Paulo, e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 163, de 1961, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento de adiamento de discussão do Projeto, cuja leitura vai ser procedida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 161, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra l e 274, letra b, do Regimento Interno, requiera adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1961, a fim de ser feita na sessão de 6 de junho próximo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1961. — Fausto Cabral.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Requerimento ora aprovado, o Projeto sai da Ordem do Dia para voltar na do dia 6 de junho.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

Sr. Presidente, preço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, serrei muito breve.

Fui alertado sobre um erro no Projeto que, há dias, tive a honra de submeter à apreciação do Senado. Realmente, sou responsável pelo erro. Confesso, não li o trabalho da dactilógrafa do Senado que o executou. Ou porque minha letra não é boa ou porque essa funcionária desatasse corrigir o que eu havia escrito — Marechal, Marechal-do-Ar e Almirante — por engano, ou por querer tratar-se de coisa diferente, suprimiu-se o "Marechal-do-Ar".

Assim, Sr. Presidente, desejaria pedir à Ilustre Comissão de Justiça, e principalmente ao seu Relator, a gentileza de corrigir o lapso.

Falando com o nobre Senador Milton Campos, S. Exa. gentilmente se prontificou a fazer a correção; mas, de acordo com as informações recebidas, se tornava necessário este pedido em Plenário. E o que ora faço.

Agora que estou mais calmo, e não sinto a revolta decorrente do comentário feito por um jornalista, quero declarar que não tenho interesse de espécie alguma no projeto, e nem seria capaz de apresentar uma proposição que me viesse beneficiar; não tenho nenhum parente atingido por ela. Aquêles que tenho e que chegariam ao generalato, só o poderiam fazer daqui a vinte anos.

Falta a declaração de que não tenho interesse algum no caso e de que não tenho parentes nele envolvidos, acrescento que não pedi opinião a quem quer que seja para apresentar esse projeto; apenas na parte referente à justificativa, como declarei anteriormente, recebi sugestão de um colega, está muito superior ao trabalho que eu realizara, pois os meus estudos se iniciaram ao tempo de Napoleão Bonaparte e já haviam chegado aos tempos modernos.

O trabalho do colega que me apresentou sugestões abrangia do século IV até o século XX; por estar mais completo do que o meu o transcrevi na justificativa com a devida autorização do seu autor.

Essa a declaração que desejava fazer.

Sr. Presidente, desloco comunicar ao Senado que tenho recebido — como todos os Srs. Senadores — nos últimos dias, vários telegramas de pessoas interessadas no projeto de diretrizes e bases.

Hoje recebi nesta Casa trinta telegramas, além daqueles recebidos na minha residência, todos eles coincidentes, pois pedem me uniano para o parecer do nobre Senador Mem de Sá.

Sr. Presidente, na impossibilidade de responder a todos os colegas que me telegrafaram solicitando meu apoio ao parecer do Senador Mem de Sá, desejo dar a resposta através desta Tribuna.

As duas vezes o parecer do meu particular amigo, nobre Senador Mem de Sá, e estou integralmente de acordo com o trabalho lapidar — como sempre — de S. Exa.

O Sr. Mem de Sá — Muito obrigado.

O SR. CASTRO DE CASTRO — Assim, declaro que votarei a favor do parecer do nobre Senador Mem de Sá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, Srs. Senadores, apesar do adiantado da hora, não quero que novamente se repita o que se deu na sessão de ontem, pois não pode o Senado deixar de registrar, de forma dedicada, a causa pública, mas especial, a data que ontem transcorreu — o vigésimo quinto aniversário da implantação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Trata-se, sabem V. Exa. tão bem quanto eu, de uma das instituições da mais alta importância para a nação e para o seu desenvolvimento. Não é possível conceber um país que se queira desenvolver, sem uma sólida base de conhecimentos gerais e uma completa noção estatística de todos os seus aspectos, físicos, políticos, sociais e econômicos.

Foi para este fim que se implantou no Brasil esse Instituto.

Não é possível, entretanto, ao fazer o registro, deixar de trazer a homenagem, o culto de reverência e de gratidão que merece uma das mais extraordinárias figuras do brasileiro que tem passado pela nossa administração pública e que, infelizmente, não tem recebido, pelo desconhecimento em geral, o devido prêmio a tão acrisoladas virtudes e a tão extremada dedicação à causa pública.

Refiro-me a Mário Augusto Teixeira de Freitas que foi, sem dúvida nenhuma, um santo leigo, um sacerdote devotado exclusivamente à causa da nação brasileira.

De Mário Augusto Teixeira de Freitas, através de tudo o que ele escreveu, versando sempre os problemas fundamentais do Brasil, já disse alguém que, quando no futuro forem lidas suas obras e seus trabalhos, pensar-se-á que eles provêm, não do homem, mas sim de uma instituição, tão vasto foi o campo das suas especulações, tão profundo foi o estudo que dedicou a todos os nossos problemas.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Mem de Sá — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Teixeira de Freitas foi realmente um dos maiores cidadãos do Brasil. Trabalhou extraordinariamente para fazer da estatística uma realidade neste país, que não a possuía e que, por conseguinte, perante o mundo era como se não existisse, econômica, financeira e administrativamente. Além disso, Teixeira de Freitas foi o primeiro a tratar da distribuição equitativa da renda nacional, favorecendo o município que vivia inteiramente abandonado. Segundo exatamente o conselho de Teixeira de Freitas fiz dois discursos na primeira Constituinte, demonstrando a injustiça que se praticava neste país contra o município, que precisava ter rendas necessárias a sua manutenção e progresso. Era o que tinha a dizer sobre esse grande cidadão.

O SR. MEM DE SÁ — Muito obrigado a V. Exa. pela magnífica contribuição que traz ao meu discurso.

Teixeira de Freitas, realmente, focalizou de forma proficientemente exemplar quase todos os problemas de base do Brasil. V. Exa. lembrou muito bem o problema municipalista. Foi ele o primeiro a aflorá-lo e a expor de forma sistemática, tentando empreender uma campanha de restauração e de salvação das comunas de nosso país.

A morte não lhe permitiu realizar os planos que tinha. Aquêles cérebro prodigioso locubrava e depois elaborava planos que punha em admirável execução.

Não pôde também executar um outro de seus grandes planos, o da nova distribuição política do Brasil, a que se dedicara de corpo e alma. As soluções propostas teriam dado ao nosso país, se aproveitadas no período do governo discricionário que então vivíamos, desenvolvimento futuro sólido, estável, seguro.

O Sr. Fernandes Távora — A solução a que V. Exa. se refere foi adotada pelo General Juarez Távora, quando Ministro da Agricultura, e de acordo com Teixeira de Freitas.

O SR. MEM DE SÁ — Combe, ainda distribuição política do Brasil, a que da, a Teixeira de Freitas a organização e também pouco conhecido.

Ao contrário do que se pensa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não é federal; Teixeira de Freitas o concebeu como autarquia nacional. E' o único caso de uma autarquia que resultou não de um ato do Governo Federal, mas de uma convenção firmada em pé de igualdade entre a União, os Estados Federados e todos os Municípios brasileiros existentes na época.

O Sr. Fernandes Távora — Exatamente.

O SR. MEM DE SÁ — E, portanto, autarquia de caráter nacional; a única em que o Governo Federal se senta em pé de igualdade com os Estados e Municípios.

Este plano admirável tem sido aconselhado por diversas conferências internacionais de estatística como fórmula ideal para a realização de boas estatísticas em países federativos de extensão e características semelhantes às nossas.

Teixeira de Freitas fez mais. Além do Plano, reuniu em torno de si uma pleiade de homens, então muito poucos, verdadeiramente tocados do ideal patriótico e das mais sadias inspirações de dedicação à causa pública.

O grupo que cercou Teixeira de Freitas e que soube, à força e à luz do seu exemplo, integrar-se nesta cruzada constituiu um dos mais perfeitos, mais harmoniosos e mais homogêneos que têm passado pelos quadros da administração pública brasileira.

Infelizmente, diversas circunstâncias posteriores, de ordem política e administrativa, dissolveram esse grupo, e seus componentes encontraram, em outros setores nacionais e internacionais, colocações mais vantajosas do que as que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística lhes poderia proporcionar.

O IBGE completou vinte e cinco anos de existência. Deles ficou uma lição certa e incontestável: é que nesse órgão não pode, nem deve haver política. Sempre que tal se verificou o Instituto entrou em declínio e quase em colapso.

O exemplo que Mário Augusto Teixeira de Freitas e José Carlos Macedo Soares, nosso eminente Embaixador, mas então fundador e primeiro presidente do IBGE, o exemplo que eles nos deram é o seguinte: manter o órgão estatístico fora e acima de qualquer compromisso político e, sobretudo, de qualquer preocupação partidária.

Sr. Presidente, sirvo-me da oportunidade, para render minha homenagem ao Presidente Vargas, pois foi em seu governo que se organizou e se instalou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Creio que foi um dos maiores atos de estadista e político daquele saudoso Presidente.

Mais ainda: rendo justiça ao Presidente Getúlio Vargas, porque, em seu Governo nunca permitiu, apoiando a orientação inflexível de Teixeira de Freitas e Macedo Soares, que qualquer forma política penetrasse ou perturbasse o ambiente de rara dedicação à causa pública que deve reinar naquele órgão estatístico.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito gosto.

O Sr. Fernandes Távora — Solidarizo-me com V. Exa. na homenagem que presta a Macedo Soares, um dos grandes fundadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao qual prestou inestimáveis serviços como seu primeiro diretor.

O SR. MEM DE SÁ — Foi seu fundador e primeiro presidente. Naquela época, deu seu nome para esse posto mas entregou o poder e a autoridade a Teixeira de Freitas que era o Secretário Geral. Macedo Soares era o titular mas, principalmente, o grande embaixador do IBGE junto ao Presidente da República.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com prazer. O Sr. Lima Teixeira — Associei-me às justas homenagens que Vossa Excelência presta a Macedo Soares e a Teixeira de Freitas, o maior estatístico brasileiro. Ambos prestaram assinalados serviços ao IBGE e ao País. V. Exa. nesta hora, lhes faz justiça ao enaltecer o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradecido a V. Exa.

Sr. Presidente, como disse, a admirável pleiade que acompanhava Macedo Soares e Teixeira de Freitas, naqueles tempos grandiosos da fundação do I.B.G.E., se dispersou. Hoje, volvidos vinte e cinco anos, alguns voltaram. Tentam ressurgir os ideais que nortearam seu nascimento.

São poucos, entretanto, porque muitos ocupam, como eu disse, altos postos no interior e no exterior do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, a Rafael Xavier, a Rubem Guelros, a Raul Lima que abandonaram posições magníficas com sacrifícios reais da sua economia e das suas finanças, que desprezaram situações adquiridas que lhes rendiam pingües proventos, a eles envio os nossos cumprimentos. Também a Guimarães Lobo, aquela admirável figura do Espírito Santo que deixou de ser Secretário de Estado para voltar a ser inspetor regional por dedicação rara ao velho I. B. G. E., e aos outros, a nossa saudade pela data que ontem transcorreu e que deveria ser festejada como fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Formulamos votos de que os velhos e imprecáveis ideais de Macedo Soares e Teixeira de Freitas possam ressurgir das cinzas, tomaram corpo e não mais serem perturbados pelas intervenções indebitas da política.

Sr. Presidente, antes de encerrar, desejo fazer outro registro extremamente grato ao Senado e à imprensa brasileira.

Transcorre, hoje, o trizésimo aniversário da posse do Sr. Herbert Moses na Presidência da Associação Brasileira de Imprensa. E' uma data realmente excepcional. Creio que nenhum país e nenhuma Associação de Imprensa do mundo pode apresentar um acontecimento desta natureza — ter, durante trinta anos, um homem em sua Presidência. Mas, se isto assim ocorre, é porque, segundo creio, nenhum outro país do mundo poderia ter, na sua imprensa, um homem das qualidades excepcionais de Herbert Moses. Só essas qualidades explicam que, num país politicamente agitado, como o nosso — com tão profundas discrepâncias e tantas razões de atritos e lutas entre os órgãos de imprensa, porque divididos por inúmeras questões de ordem política e profissional — só mesmo um homem com aquelas qualidades poderia permanecer, em torno de si, a unanimidade dos seus confrades para transformar os jornalistas brasileiros, sob sua presidência, numa só e grande família.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — E' fato realmente extraordinário a presença de Herbert Moses na presidência da Associação Brasileira de Imprensa durante trinta anos. E' quase um milagre. Num país onde se briga por cá e aquela palha conseguiu ele atravessar tempestades políticas de toda ordem e ser o *primus inter pares* na regência dos destinos da grande Associação de Imprensa Brasileira. E' realmente um fato extraordinário. Mando daqui, portanto, as minhas homenagens ao grande diretor da imprensa brasileira.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradecido a V. Exa. pelo seu aparte.

O Sr. Barros Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Barros Carvalho — Ent nome do Partido Trabalhista Brasileiro, associamo-nos às homenagens que Vossa Excelência presta a Herbert Moses, realmente, um modelo de jornalista, mas, antes de tudo, um modelo de conciliação e de acatunção. Só mesmo um temperamento de tamanhas qualidades poderia enfeitar em suas mãos, durante trinta anos, o comando de uma família, nem sempre unida mas que, nas horas delicadas, tem sabido unir-se para eleger um homem da capacidade de Herbert Moses, que

não é propriamente político, mas que se associa a tudo quanto diz respeito à política do País. Está ele presente em todos os Estados da Federação, onça, em qualquer momento, haja um jornalista sofrendo coação em seus direitos e deveres. É com muito agrado e satisfação — pois sou amigo e admirador de Herbert Moses — que nos associamos às homenagens que V. Ex.^a tão justamente presta, neste momento, ao grande brasileiro.

O SR. MEM DE SA — Muito agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência e o precioso apoio que me traz.

Creio, de resto, que este é o sentimento de todo o Senado, sem distinção de cores partidárias. Em Herbert Moses, o que se verifica, sobretudo, é a interação perfeita de um homem a uma causa. Mais do que jornalista, é ele um dignitário que consegue, "dublê" de jornalista, agremiar de tal forma a sua classe que nela se confunde nos mesmos anseios, nas mesmas aspirações e, sobretudo, na mesma consciência de direitos e deveres. Tem sido a voz permanente e vigilante na defesa desses direitos como tem sido sempre o pregador constante dos deveres da imprensa brasileira. Creio, por isso, que este homem, representando uma classe, merece as homenagens que, pelo que vejo todo o Senado lhe rende.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! (Palmas)).

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos. Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, vou encerrar a sessão. Antes convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às dezessete horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 29, de 1961 (número de origem: 170) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Fernando Ramos de Alencar, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às dezessete horas e cinquenta minutos).

ATA DA 53ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 30 DE MAIO DE 1961.

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CUNHA MELLO

As 17 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Mendonça Clark — João Mendes — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Díz-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Ruy Carneiro — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Freitas Cavalcanti — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Voladares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Padre Calacaus

— Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — João Villasbôas — Filinto Müller — Lopes da Costa — Alo Guimardes — Nelson Maculan — Brasília Celestino — Mem de Sá (44).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 3º Secretário — Servindo de 2º lê a ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente para leitura. Não há oradores inscritos.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre Mensagem nº 89, de 1961, pelo qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Fernando Ramos de Alencar, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos funcionários da Mesa que providenciem nesse sentido.

As 17 horas e 30 minutos torna-se secreta a sessão, sendo reaberta às 17 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebi dos municípios de São Raimundo Nonato e de São Mendes, no Piauí, várias reclamações relacionadas com o atraso do pagamento das empregadas da Rodovia Brasília-Fortaleza.

Agora mesmo acabo de receber telegrama do Deputado Waldemar Macedo e outro do Sr. Raimundo Araújo Lima, tratando do assunto.

Apeleio para o Sr. Ministro da Viação e para o Diretor do DNOCs no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para a regulamentação do pagamento das dividas atrasadas.

Dizem os telegramas:

"Encareço ao prezado amigo conseguir do Ministério da Viação cidade com cinco meses, paralisação no sentido de efetuar-se o pagamento do Acordo da Rodovia Fortaleza e São Raimundo Nonato Filomena residência esta cidade com cinco meses, paralização devendo cerca de vinte milhões de cruzeros. E verdadeiramente miserável a situação dos trabalhadores e empreiteiros dessas referidas estradas. Conflito em Jossá Ex.^a no sentido de solucionar o assunto". (Ass.) Waldemar Macedo.

"Senador Joaquim Parente

Senado Federal — Brasília

Comunico a V. Ex.^a a situação vexatória em que se encontram os proprietários de caminhões que trabalham na rodovia Fortaleza-Brasília, setor Simplicio Mendes, de novembro a janeiro, até o momento sem pagamento causando verdadeiro pânico a classe. Apelemos para o alto espírito de justiça do nosso Senador no sentido de solucionar tão grave situação que nos aflige. Respeitosas saudações, a) Raimundo Araújo Lima".

Com tal comunicação, Sr. Presidente, estou certo de que o Sr. Ministro da Viação e o Sr. Diretor do DNOCs, ao terem conhecimento do seu conteúdo, tomarão as providências que o caso exige. (Muito bem).

Em meio ao discurso do Senhor Joaquim Parente o Sr. Moura Andrade deixa a Presidência assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, pedi a palavra para dirigir apelo ao Sr. Presidente da República, isto é, solicitar de S. Excelência, um bilhete urgente.

Foi fechada, num ato hostil e grosseiro ao eminente colega Senador Remy Archer, a Agência do Banco da Amazônia no Município de Codó, um dos de maior produção de arroz, algodão e babaçu no Estado do Maranhão. Segundo fui informado, essa iniciativa partiu de um Diretor, que estava substituindo o atual Presidente, Sr. Expedito Nobre. Esse cidadão logo no primeiro dia de exercício, foi a Codó de avião e fechou a Agência do Banco da Amazônia, dando, assim, um prejuízo enorme aos produtores daquela região.

É uma contradição. No momento em que o Sr. Presidente da República manda abrir agências do Banco do Brasil em municípios de menor produção do que de Codó, fecha-se a Agência do Banco da Amazônia daquela importante cidade, com graves consequências sobre a economia de larga zona do meu Estado. Interpreto o fato, Sr. Presidente, apenas como um ato hostil e grosseiro a tenho certeza absoluta de que o Chefe da Nação não está de acordo com ele. Por essa razão, dirijo-me a S. Excelência, solicitando providências, um bilhete urgente determinando seja reaberta a Agência do Banco da Amazônia de Codó, no Maranhão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão. Recordo aos Srs. Senadores que, hoje, às 21 horas e 30 minutos, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). (Pausa).

Nada mais havendo a tratar, designo, para a próxima sessão, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 31 de maio de 1961

(Quarta-feira)

VOTAÇÃO

1 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nos 11-61 na Casa de origem) que inclui alterações na Constituição Federal, na parte relativa à organização do Distrito Federal, dos Territórios e dos Estados, bem como na fixação de vencimentos, subsídios, diárias e ajuda de custo, tendo Parecer favorável, sob nº 185, de 1961, da Comissão Especial.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1959 (nº 3.126, de 1957, na Câmara), que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves, filha do Ministro do Império Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, tendo Pareceres, sob ns. 23 e 24, de 1960 e 148 e 149, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, favoráveis ao

projeto e contrários à emenda de Plenário.

3 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1960 (nº 1.416, de 1960, na Câmara), que cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, tendo Pareceres, sob ns. 592 e 593, de 1960 e 113, 114 e 115, de 1961 das Comissões de Serviço Público Civil: 1º favorável, com emenda que oferece, sob nº 1 (CSPC); 2º contrário a emenda nº 2 e respectiva subemenda (com voto em separado do Sr. Senador Ary Vianna); de Finanças: 1º favorável ao projeto e à emenda nº 1; 2º contrário à emenda nº 2 e respectiva subemenda e de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, do projeto e da emenda nº 1 e oferecendo subemenda à emenda nº 2.

4 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1960 (nº 1.424, de 1960, na Câmara), que retifica, sem ônus, a Lei nº 3.632, de 7 de dezembro de 1959, que extingue a Receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1960 tendo Pareceres sob ns. 503 de 1960 e 157 e 158 de 1961 das Comissões: de Finanças: 1º favorável com as emendas que oferece, sob ns. 1 (CF) e 2 (CF); 2º favorável à emenda de Plenário nº 3: de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e as emendas.

DISCUSSÃO

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 110 de 1959 (número 4.290, de 1958, na Câmara) que regula a contagem de tempo de efetivo serviço para os efeitos da Lei de Inatividade dos Militares, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 150 e 151 de 1961, das Comissões: de Segurança Nacional e de Finanças.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1960 (número 547, de 1959, na Câmara) que isenta dos impostos de importação e de consumo centro telefônico automático à Companhia Telefônica Sanjoanense, São João Del Rei, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 152, 153 e 154 de 1961, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia e de Finanças.

7 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1960 (nº 1.531, de 1956, na Câmara) que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais importados pela Companhia Ferro Brasileiro S. A., tendo Pareceres favoráveis sob ns. 159 e 160 de 1961, das Comissões de Economia e de Finanças.

8 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1959 originário da Câmara dos Deputados (número 11, de 1959 na Casa de origem), que aprova o Protocolo Preliminar sobre a Navegação Fluvial da Amazônia, tendo Pareceres favoráveis sob números 164, 165 e 166, de 1961, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores e de Transpórtos, Comunicações e Obras Públicas.

9 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1960 originário da Câmara dos Deputados (número 38 de 1960, na Casa de origem), que determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma "Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A.", tendo Pareceres favoráveis sob números 169 e 169, de 1961 das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

10 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 2 de 1958, que autoriza o pagamento parcelado das contribuições devidas e não recolhidas pelos empregados às instituições de Previdência Social, até 31 de dezembro de 1957, tendo Pareceres contrários sob ns. 170, 171 e 172, de 1961 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Economia e de Finanças.

11 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1959, que acrescenta parágrafo ao artigo 662, da Consolidação das Leis do Trabalho (aprovado em 26-5-61), tendo Pareceres contrários, sob ns. 137 e 138, de 1961, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Legislação Social. Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 56, DE 30 DE MAIO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir, Eunício Jacy Auler, Oficial Legislativo, PL-7, da Diretoria do Expediente para a das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de maio de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu o requerimento:

— De Claudio dos Santos, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-9, solicitando férias regulamentares, relativas ao período de 1960, a partir de 1º de junho do corrente ano;

— e abonou as faltas dos dias 19, 20, 21 e 22 do mês de maio em curso, nos quais Daiva Ribeiro Vianna, Taquígrafo, Símbolo PL-6, esteve doente, conforme comprova a atestação feita pelo Serviço Médico do Senado.

Secretaria do Senado Federal em 25 de maio de 1961. — Nilton Borges Seal, Diretora do Pessoal.

Editais

De concorrência pública para a execução de conjuntos de balcões, estantes prateleiras e embutidas, quadro chaveiro, para a Portaria Almoxtarifado e o Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal nos termos da lei, e devidamente autorizado pelo Sr. 1º Secretário, Senador Cunha Mello, declara aberta, pelo presente edital, durante 30 (trinta) dias a concorrência pública, para apresentação de propostas, entre as firmas especializadas em móveis, diretamente ou por intermédio

de seus representantes em Brasília, para a execução de móveis abaixo indicados:

I — Conjunto de balcões para a Portaria:

Lado Direito:

- Balcão com 1,90 mts. comprimento;
- Idem, com 35 cms. comprimento;
- Idem, com 4,25 mts. comprimento;
- Idem, com 4,25 mts. comprimento;
- Idem em forma de L, medindo de um lado 2,00 mts. de comprimento e 4,90 mts. de comprimento, de outro lado;

Lado Esquerdo:

- Balcão com 0,33 cms. de comprimento;
- Idem, com 2,00 mts. de comprimento;
- Idem, em forma de L, medindo 8,20 mts. de um lado e 2,00 mts. de outro lado.

II — Estantes:

- Estante prateleira, igual ao laminado, com prateleiras em L, medindo 1,40 x 2,00 mts. de altura;
- Estante embutida, corpo inferior com duas (2) portas e superior aberto, com prateleiras, medindo 1,40 x 2,50 mts.

III — Balcão para o Almoxtarifado:

- Balcão, em forma de L, medindo 5,00 mts. de um lado e 1,60 mts. de outro.

IV — Quadro Chaveiro:

- Quadro chaveiro, para trinta e seis (36) chaves, com porta de vidro e fechadura.

Encerrado o prazo de entrega das propostas, serão as mesmas abertas, quarenta e oito (48) horas depois, na presença dos interessados, às 16 horas, no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado, em Brasília, e encaminhadas para julgamento final, com relatório, ao Sr. 1º Secretário, Senador Cunha Mello.

As firmas proponentes deverão especificar a madeira e demais materiais que usarão na confecção dos móveis relacionados no presente edital, assim como os preços unitários e preço total.

Fica estabelecido que a apresentação da proposta não assegura direito algum ao proponente a não ser a de ser considerada, entre as demais, para escolha final, por parte do Sr. 1º Secretário do Senado. Brasília em 15 de maio de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

De concorrência pública para apresentação de propostas relativas a aquisição de estantes de aço, destinadas à Biblioteca do Senado Federal.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado, nos termos da lei, e devidamente autorizado pela Comissão Diretoria, declara aberta pelo presente edital, durante trinta (30) dias a concorrência pública para apresentação de propostas relativas à aquisição de estantes de aço destinadas à Biblioteca.

A aquisição será de cento e trinta e duas (132) estantes de aço, assim distribuídas:

26 (vinte e seis) Conjuntos de Estantes de Aço, desmontáveis, compostos de 4 ações cada um, de dupla face, tendo cada seção 12 prateleiras (6 em cada face), reguláveis de 5 em 5 cm., perfazendo o total de 48 prateleiras em cada conjunto. As prateleiras em cada conjunto. As prateleiras serão construídas em chapas de aço CSN-18, em tiras viradas em "U", com 3 dobras, para proporcionar ventilação aos livros, tendo abas laterais arredondadas e as bordas enfiadas com arame, medindo 0,965m. de comprimento x 0,225m. de largura. Os suportes de encaixe serão fixados na parte anterior das abas por meio de solda elétrica a ponto tendo 2 garra de apoio e serão construídos em chapas de aço CSN-12. As colunas com 2,20m. de altura, em número de 6 por conjunto, serão duplas, construídas em chapas de aço CSN-16, com 2 entalhes paralelos de 5 em 1 cm., nas duas faces, para regulagem das prateleiras, tendo base de apoio (sapata) de metal polido e terminal do mesmo material. As seções serão ligadas entre si por meio de uma barra de chapa CSN-18, virada em "U", na parte superior e inferior das colunas.

2 (dois) Conjuntos de Estantes de Aço, desmontáveis com 2 seções, cada um, de dupla face, tendo cada seção 12 prateleiras (6 em cada face), perfazendo um total de 24 prateleiras em cada conjunto, obedecendo as demais

características dos modelos anteriormente descritos.

8 (oito) Conjuntos de Estantes de Aço, em tamanho especial para encaixe entre as colunas do prédio.

8 (oito) Seções de Estantes de Aço, de dupla face, com 12 prateleiras (6 em cada face), obedecendo os mesmos detalhes e característicos dos modelos anteriormente descritos.

168 (cento e sessenta e oito) Travessas, de refôrço construídas de chapas de aço CSN-18 viradas em "U", para ligação das colunas, entre os conjuntos (amarração da instalação).

Composição:

176 Colunas duplas de 2,20m de altura;

1.392 Prateleiras de 0,965m x 0,225m;

192 Prateleiras de 0,965m. x 0,225m. para os conjuntos a serem instalados entre as colunas;

264 Travessas de refôrço para ligação das colunas entre as seções;

168 Travessas de refôrço para ligação das colunas entre os conjuntos;

176 Bases (sapatas) de metal polido (apoio das colunas);

176 Terminais das colunas, em metal polido;

Pinçura:

Na cor cinza, com acabamento uso, encaixada sobre demão de tinta anti-rugulosa, podendo ser aplicada tinta especial "martelada" de maior resistência, sem alteração de preço.

Prazo de Entrega:

De 30 a 45 dias, para o material devidamente instalado.

Encerrado o prazo de entrega das propostas, serão as mesmas abertas, quarenta e oito (48) horas depois, na presença dos interessados, às 16 horas no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado, em Brasília, e encaminhadas para julgamento final com relatório, ao Sr. 1º Secretário, Senador Cunha Mello.

Fica estabelecido que a apresentação da proposta não assegura direito algum ao proponente, salvo o de saber que sua proposta foi devidamente considerada, entre as demais, para escolha final, por parte do Sr. 1º Secretário, e deliberação da Comissão Diretora.

Senado Federal, em 18 de maio de 1961. Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL ATÉ 31-12-60

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
<i>Diretor-Geral — PL</i>						
Luiz Nabuco	2.613	14.671	464	15.135	41	170
Evandro Mendes Viana (Diretor-geral Substl) ..	248	10.214	565	10.779	29	194
<i>Secretário-Geral da Presidência — PL</i>						
Isaac Brow	5.441	5.441	7.287	12.728	34	318
<i>Vice-Diretor-Geral — PL-0</i>						
Aderson Magalhães	3.835	19.198	3.424	13.622	37	117
<i>Diretor de Divisão — PL-0</i>						
Evandro Mendes Viana	475	10.214	565	10.779	29	194
Lauro Portela (Diretor de Divisão Substl.)	225	12.152	171	12.323	33	278
<i>Diretores — PL-1</i>						
Lauro Portela	3.190	12.152	171	12.323	33	278
Glória Fernandina Quintella	2.447	5.454	1.610	7.064	19	129
Ninon Borges Seal	2.378	9.212	—	9.212	25	87
Francisco Bevilacqua	2.340	14.553	—	14.553	39	318
Maria Tavares Barreto Coelho	2.116	9.153	—	9.153	25	28
Clemente Waltz	1.965	12.412	3.070	15.482	42	152
Aurea de Barros Rêgo	1.663	6.459	1.317	6.776	18	206
Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves	1.626	9.212	—	9.212	25	87
João Manoel Rocha de Mattos	370	3.808	3.881	7.687	21	22
Rubens Pinto Duarte	262	8.664	—	8.664	23	269
<i>Diretores Substitutos</i>						
Micélio dos Santos Andrade	205	5.459	911	6.370	15	166

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
<i>Assessor Legislativo — PL-3</i>						
Luciano de Figueiredo Mesquita	3.303	3.306	4.239	8.045	22	15
João Vicente de Oliveira Martins	3.798	3.506	4.545	8.451	23	56
Francisco das Chagas Melo	2.255	2.256	4.920	7.185	19	250
Herculano Ruy Vaz Carneiro	2.161	3.306	3.963	7.769	21	104
Paulo Nunes Augusto Figueiredo	2.161	3.806	3.850	7.636	20	326
Luiz Carlos Vieira da Fonseca	2.145	3.693	—	3.693	10	43
Pedro Cavalcante de Albuquerque Netto	1.384	1.384	3.329	4.713	12	333
José Arthur Aíves da Cruz Rios	1.211	1.211	2.485	3.696	10	46
Thomas Pompeu de Acioly Borges	1.117	1.117	9.841	10.958	30	8
Cleone de Paula Venâncio	1.102	1.102	3.154	4.256	11	241
Paulo Gomes Braga	383	383	6.905	7.288	19	353
Anselmo Nogueira Macielena	381	381	2.584	3.365	9	80
Francisco Soares Arruda	310	5.303	510	5.813	15	338
<i>Redator — PL-3</i>						
Benedito Maria Soares	5.010	5.158	3.830	8.998	24	223
Vital Martins Ferreira	5.007	5.119	2.977	8.096	22	66
Antônio Carlos Bandeira	4.997	5.328	94	5.422	14	312
Celso Cezar de Menezes Pinheiro	3.808	3.806	—	3.806	10	156
Philadelfo Seaj	3.800	3.800	3.753	7.553	20	253
José Benício Tavares da Cunha Mello	3.791	3.804	—	3.804	10	154
Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro	3.779	3.804	1.000	4.812	13	67
Nerlone Nunes Cardoso	3.747	3.799	—	3.799	10	149
Antonio Júlio Pires	3.743	3.806	1.492	5.298	14	183
José da Silva Lisboa	3.699	3.699	962	4.661	12	281
Murilo Marroquim de Souza	3.026	2.058	681	2.739	7	184
Fernando Jorge da Rocha	2.383	2.405	—	2.405	6	215
<i>Redator — PL-4</i>						
Elza Freitas Portal e Silva	1.149	3.583	—	3.583	9	283
Juliete Lovatini	780	4.470	—	4.470	13	90
Luiz Fernando de Oliveira Freire	310	1.021	—	1.021	2	291
Apolônio Jorge de Faria Salles Filho	310	695	—	695	1	730
Ary Leonardo Vianna	310	388	—	388	1	23
José Bueno Carneiro de Novaes	310	388	—	388	1	23
Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna	310	388	—	388	1	23
Leyla Araújo Castello Branco	309	387	2.512	2.899	7	344
Ivone Régio de Miranda	296	3.698	183	3.881	10	231
Ruth de Souza Castro	296	1.546	2.486	4.032	11	17
Aloisio Barbosa de Souza (Interino)	234	234	2.198	2.432	6	242

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
Médico PL-3						
Evilásio Sérvulo Martins Veloso	2.225	2.225	1.356	3.581	9	296
Luciano Viera	179	179	—	179	—	179
Oficial Arquivologista PL-3						
Helena Collin	2.289	3.675	1.873	5.518	15	73
Oficial Arquivologista PL-6						
Maria Judith Rodrigues	275	904	8.286	9.290	25	105
Oficial da Ata PL-3						
Ivan Ponte e Souza Palmeira	2.188	6.280	2.146	7.726	21	61
Mário Marques da Costa	2.188	3.693	4.414	8.107	22	71
Oficial Auxiliar da Ata PL-4						
Edson Ferreira Afonso	179	4.452	—	4.452	12	72
René Nunes	179	179	—	179	—	179
Rosa Maria de Barros Carvalho Czajka	158	158	—	158	—	158
Walter Otlando Barbosa Leite	156	156	—	156	—	156
Almoxarife PL-3						
Wilson Tartuci	1.853	2.861	1.340	4.201	11	108
Ajudante de Almoxarife PL-7						
Jayme Teixeira Netto	1.962	1.962	4.476	6.438	19	281
Wilson Menezes Pedrosa	179	2.040	750	2.790	7	235
Jairo Brasiliano da Costa	179	179	—	179	—	179
Roberto Diacópulus	160	160	—	160	—	160
Administrador do Edifício PL-3						
Joaquim da Costa	1.356	3.806	6.098	9.904	27	49
Ajudante do Administrador do Edifício PL-6						
Felipe Gomes	808	881	—	881	2	161

NOMES	C. sse	Senado	Fora	Total	Anos	Dia
<i>Chefe da portaria - PL-3</i>						
Dilando de Sá Cavalcante	225	5.439	4.445	9.904	27	49
<i>Conservador de Documentos - PL-6</i>						
Paulo Weguelin Delpech	2.501	3.323	336	—	10	221
<i>Ajudante de Conservador de Documentos - PL-7</i>						
Abel Ferraz Macedo	2.677	2.679	8.029	12.279	30	222
<i>Enfermeira PL-7</i>						
Odele Lopes de Almeida	2.230	2.230	12.529	12.529	21	159
Daiva Bastos	13	179	—	179	—	179
<i>Chefe do Serviço de Transportes - PL-6</i>						
José Gerônimo Pessoa	1.896	5.459	4.104	9.563	26	73
<i>Eletricista - PL-7</i>						
Herédio De' Giudice	3.433	4.864	172	4.936	13	241
Paulo de Carvalho Góes	198	993	357	1.350	3	255
Propício Xavier da Silva	171	5.264	425	5.860	15	274
Osivo de Souza Ribeiro	153	153	—	153	—	153
<i>Eletricista Auxiliar PL-9</i>						
Jair Coelho Bayma	171	171	—	171	—	171
<i>Inspetor de Segurança PL-8</i>						
Antônio Pinto Faria	262	262	3.627	3.889	24	129
Lúcio Machado Tosta	262	262	3.300	3.562	23	267
Wilson Feçanha	262	262	7.551	7.813	21	133
<i>Guardas de Segurança - PL-9</i>						
Reginaldo de Azevedo Gomes	262	262	11.983	12.245	33	210
Romeu Beltrani	262	262	11.011	11.273	30	323
Waldemiro de Souza Rocha	262	262	10.514	10.776	29	191
João Ferreira	262	262	9.834	10.096	27	241

NOME	Classe	Senado	hora	Total	Anos	Dias
João Arlindo dos Santos	262	262	10.200	10.462	28	242
Manoel Elias Sobrinho	262	262	7.326	7.588	20	238
Juvenal Freitas Pimentel	262	262	6.535	6.727	18	227
Pedro Felix da Costa Lacerda	262	262	—	262	—	262
Dilermano Louzada	258	258	4.642	4.900	14	—
Alcides Menezes Evaristo	227	227	—	227	—	227
Amâncio Lima	179	179	8.993	9.172	25	502
Antônio Corrêa Pacheco	179	179	7.811	7.990	21	325
Osnar Arruda	179	179	7.572	7.751	21	86
Carlos de Oliveira Salles Filho	179	179	4.030	4.209	11	194
Pedro Ferreira Veras	179	179	2.037	2.216	6	26
Isidoro Pereira da Silva Barreto	179	179	1.493	1.764	4	214
Alberto Pereira da Cunha	179	179	—	179	—	179
Irton Siqueira Machado	179	179	—	179	—	179
Luiz Motta da Costa	179	179	—	179	—	179
Roberto das Neves	179	179	—	179	—	179
João Corrêa Filho	179	179	—	179	—	179
Ernesto da Silva	179	179	—	179	—	179
Benedito de Arruda Magalhães	179	179	—	179	—	179
Joaquim Pio Ramos	179	179	—	179	—	179
Rubens Ribeiro	179	179	—	179	—	179
José Gomes Ribeiro	179	179	—	179	—	179
Manoel Vieira dos Santos	179	179	—	179	—	179
Walter Lúcio Fonseca	173	173	—	173	—	173
Felix Antônio Otto	163	163	5.781	5.444	16	104
Nilson Simões da Luz	163	163	—	163	—	163
Joffre Dias	159	159	—	159	—	159
Gilson Gomes Feltosa	121	121	—	121	—	121

Rádio Técnico PL-9

Claudio Nor de Araújo Barros	310	1.268	1.004	2.372	6	183
------------------------------------	-----	-------	-------	-------	---	-----

Auxiliar de Limpeza — PL-11

José Gouveia	296	1.196	1.258	2.454	6	264
José Luiz dos Santos	296	1.196	—	1.196	3	101
Oswaldo José da Silva	296	1.178	—	1.178	3	83
Orlando Olivera	296	1.172	—	1.172	3	77
Olivio Jacinto dos Santos	296	1.166	—	1.166	3	71
Adilson Vieira de Castro	296	1.163	—	1.163	3	63
Efraim do Rêgo Barros	296	1.153	—	1.153	3	59
Altamiro Alberto Tavares	296	893	—	893	2	163
Guilherme Salgueiro de Oliveira	296	657	—	657	1	233
Bertino Lascosk Silva	296	437	273	710	1	345
João Soares da Costa	296	388	—	388	1	23
Francisco Oliveira Filho	296	383	299	682	1	317
Moisés Júlio Pereira	296	383	—	383	1	19

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Ano	Dias
Anibal Lourdes de Oliveira	295	904	273	1.177	3	82
Celso Ferreira dos Santos	293	897	—	897	2	167
Luiz Valdevino de Lima	292	1.177	—	1.177	3	82
Elbe Cordeiro	277	1.152	353	1.505	4	45
Gesner Baptista Dutra	268	1.110	—	1.110	3	15
Antonio José de Lima	269	209	—	209	—	209
Avelar Fonseca de Souza	206	206	7.566	7.772	21	107
Beverino Jorze Trindade Silva	201	201	3.995	4.196	13	396
Luiz Lourenco	201	201	—	201	—	201
João Zeferino Alves	201	201	—	201	—	201
Sebastião Ferreira da Silva	198	198	—	198	—	198
Odílio Alves	195	195	2.117	2.312	6	122
Carlito Pereira da Costa	195	195	—	195	—	195
Antonio Augusto de Andrade	191	191	—	191	—	191
Acrísio Ferreira	188	188	—	188	—	188
Aleixo Ramirez Gonzalez	188	188	—	188	—	188
Francisco das Chagas Carvalho	167	167	2.030	2.197	6	7
Elo Rodrigues Catanhede	153	153	—	153	—	153
Altair Vargas	152	152	—	152	—	152
José Martins de Moraes	149	149	—	149	—	149
Newton Maia Rodrigues	144	144	—	144	—	144
Paulo Costa de Oliveira Filho	144	144	—	144	—	144
José Santos Almeida	136	136	—	136	—	136
Hilton do Amaral	136	136	—	136	—	136
Serafim dos Santos Alves	130	130	—	130	—	130
Francisco da Cruz	129	129	—	129	—	129
Amphrísio Santos	129	129	—	129	—	129
Luiz Araújo Lima	125	125	3.534	3.659	10	9
José da Silva	121	121	—	121	—	121
Manoel Eduardo da Silva	108	108	—	108	—	108
Luiz Marcondes de Oliveira	96	96	—	96	—	96
Arlstides Seixas	95	95	—	95	—	95
Luiz dos Santos Fonseca	83	83	—	83	—	83
Raimundo Barros da Silva	74	74	—	74	—	74
Niron Siqueira da Silva	16	16	—	16	—	16
Lavrador de Automóvel — PL-13						
Maria Granado da Silva	2.532	4.001	243	4.244	71	299
Manoel Baptista da Silva	2.041	2.041	—	2.041	5	216
Einandi de Alcântara Oliveira	310	1.297	—	1.297	3	202
Mecânico — PL-7						
Fernando Alfredo Carneiro Pereira	152	152	—	152	—	152
Auxiliar de Mecânico — PL-9						
José Nilo Fumo	130	130	1.322	1.452	3	357
Eduardo Chodon	123	123	—	123	—	123

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
<i>Oficial Legislativo — PL-3</i>						
Dulce Barbosa da Cruz	3.774	8.994	427	9.431	25	305
Ary Kerner Veiga de Castro	3.735	9.316	2.176	11.492	31	177
Juliete Ribeiro dos Santos	2.117	9.123	2.271	11.394	31	79
Amélia da Costa Cortes	2.059	11.293	249	11.443	31	274
Aroldo Moreira	2.048	8.780	—	8.780	24	20
Edith Balansini	1.663	5.330	2.325	7.655	20	355
Arlete de Medeiros Alvin	1.626	5.472	2.524	7.998	21	331
Micélio dos Santos Andrade	445	5.459	911	6.370	17	163
Paulo Lisboa Barbosa	322	5.288	6.997	12.285	33	249
Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva	280	5.459	750	6.209	17	4
<i>Oficial Legislativo — PL-4</i>						
Italina Cruz Alves	3.751	8.212	1.144	9.356	25	231
José Geraldo da Cunha	2.378	9.369	786	10.155	27	300
Adherbal Távora de Albuquerque	2.175	9.369	—	9.369	25	244
Dinorah Corrêa de Sá	2.117	5.459	2.164	7.623	20	323
Nair Cardoso	2.117	5.459	930	6.389	17	184
Eurico Costa Macedo	2.117	5.457	2.143	7.600	20	300
Irene Macedo Ludolf	2.117	5.450	1.552	7.002	19	67
Elsa José Muniz de Mello	2.117	5.298	47	5.345	14	235
Gilda Leal Costa	1.663	5.459	1.989	7.448	20	143
Leopoldina Ferreira Neves	461	5.459	1.906	7.425	20	125
Romilda Duarte	445	5.330	675	6.005	16	165
Arlete Bretas do Nascimento	409	5.459	1.879	7.338	20	38
Luiz do Nascimento Monteiro	352	5.012	261	5.273	14	163
Maricla Jacy de Oliveira	280	5.459	150	5.609	15	134
Isnar Soares de Albuquerque Mello	279	5.135	1.048	5.483	17	208
<i>Oficial Legislativo PL-6</i>						
Claudia Adda Passerini	2.110	5.226	—	5.226	14	116
Marion Austregésilo de Athayde	2.104	5.459	2.900	8.359	22	329
Amélia Figueiredo de Mello Vianna	2.104	5.318	—	6.412	17	297
Stella Mendonça da Cunha	2.104	5.459	953	5.318	14	298
Adalgisa de Vasconcelos Gonçalves Lima	2.104	4.871	1.156	6.027	16	187
Elza Loureiro Galloti	2.104	4.843	1.094	5.937	16	97
Renato de Almeida Chermont	2.102	4.863	—	4.863	13	118
Eulalia Chrockatt de Sá	2.101	4.871	—	4.871	13	126
Cirene de Freitas Ferreira	2.086	5.148	1.053	6.211	17	6
Maria de Maracajá Daltro	2.074	5.398	1.533	6.931	13	361
Erzila Luiza de Souza Mendonça	1.705	4.672	2.852	7.524	20	144
Benedicta Pinto Arruda	1.653	5.201	—	5.201	14	91
Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas	1.626	4.227	—	4.227	11	212
Marília Távora	1.124	4.544	998	5.542	15	67

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
José Soares de Oliveira Filho	561	4.871	—	4.871	13	126
Helena Salvo Lagoeiro	445	4.482	—	4.482	12	102
Elza Flôres da Silva	409	4.871	1.020	5.891	16	51
Nathércia Silva de Sá Leitão	352	4.659	—	4.659	12	279
Armandina José Vargas	280	4.871	—	4.871	13	126
Cecília de Rezende Martins	279	4.491	1.787	6.278	17	73
<i>Oficial Legislativo PL-7</i>						
Lia Pedernelras de Faria	2.104	4.871	—	4.871	13	126
Rosa Batista de Miranda	2.104	4.556	—	4.556	12	176
Diva Gallotti	2.104	4.490	534	5.024	13	279
Luzia Jeanne Maria Lisboa Robichez	2.104	4.478	1.660	6.138	16	298
Bibiana de Paula de Marsillac	2.104	4.475	1.969	6.444	17	239
Léa José da Silva	2.104	4.475	—	4.475	12	95
Georgeta Kuntz	2.104	4.475	—	4.475	12	95
Odenegus Gonçalves Leite	2.104	3.652	—	3.652	10	2
Claudio Idebuerque Carneiro Leal Netto	2.104	3.638	—	3.638	9	353
Ily Rodrigues Alves	2.102	4.475	—	4.475	12	95
Eurico Jacy Auler	2.102	3.579	313	3.892	10	242
Cecília Braconi e Castro	2.092	4.641	1.192	5.833	15	358
Elza Alves Vasconcellos	2.089	3.693	4.866	8.559	23	164
Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues	2.077	3.693	—	3.693	10	43
Alva Lirio Rodrigues	2.023	4.424	—	4.424	12	44
Almerinda Viana Bayer	2.013	5.010	2.147	7.157	19	222
Maria Cherubina Costa	1.663	3.580	5.693	9.273	25	148
João Baptista Castejon Branco	1.626	4.475	743	5.218	14	108
Neuza Rita Perácio Monteiro	561	3.698	—	3.698	10	48
Deolinda Maria Peixoto Braga	445	4.454	—	4.454	12	74
Maria Luíza Müller de Almeida	409	3.674	—	3.674	10	24
Ercília Cruz da Fonseca	352	4.338	—	4.338	11	323
Pedro de Carvalho Müller	280	4.168	—	4.168	11	153
Liz Henriques Fernandes	279	4.076	—	4.076	11	61
Raymundo Pompeu de Saboya Magalhães	149	3.684	1.767	5.451	14	341
<i>Oficial Legislativo PL-8</i>						
Oyino Jurandir Pires Ferreira	3.822	1.865	948	4.813	13	68
Adahy Borborema de Castro	3.680	3.698	—	3.698	10	49
Jorge de Oliveira Nunes	3.680	3.680	488	4.168	11	153
Dôrval Sampaio Filho	3.651	3.683	825	4.518	12	268
Lia da Cunha Fortuna	3.647	3.698	—	3.698	10	48
Francisco de Assis Ribeiro	3.643	3.693	—	3.693	10	43
Eclá da Cunha Brás	3.643	3.692	800	4.492	12	112
Carmen Lúcia de Holanda Cavalcante Vilhena	3.554	3.569	—	3.569	9	284
Ruy Ribeiro Cardoso	3.551	3.590	2.263	6.853	18	283
Lêda Fialho Diniz Martins	3.523	3.608	—	3.608	9	323
Sebastião Veiga	3.503	3.583	1.767	5.350	14	240

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
Brança Lirio Lima	1.361	3.423	—	3.423	9	133
Célia Thereza Assumpção	3.169	3.224	—	3.224	8	204
Mary de Faria Albuquerque	3.020	3.202	437	3.639	9	354
Romido Fernandes Gurgel	2.982	3.157	2.653	5.720	15	245
Lellah de Góes Cardoso	2.969	2.992	5.586	2.604	7	49
Manoel Verissimo Ramos	2.818	5.459	3.886	9.345	25	220
Maria José Pacheco Giglio	901	1.661	—	1.661	4	201
Lygia Moraes Abreu	901	1.661	—	1.661	4	201
Maria do Carmo Reis Brandão	561	1.661	3.281	4.942	13	197
Maria José Miranda de Siqueira Lima	445	1.459	1.218	2.677	7	122
Necy Gumes	352	1.550	334	1.884	5	69
João Pires de Oliveira Filho	280	1.383	983	2.366	6	176
Onilda Rodrigues de Mello Souza	279	1.661	—	1.661	4	201
Antônio de Araújo Costa	279	1.550	2.965	4.515	12	135
Vera de Alvarenga Mafra	279	1.383	4.080	5.463	14	358
Heliando de Siqueira Lima	279	1.380	997	2.377	8	187
Ana Maria Sobral Teixeira	189	1.486	—	1.486	4	26
Arthur Levy Siqueira Schutte	44	1.332	—	1.332	3	237
Swirto Pinto de Carvalho	9	1.385	676	2.061	5	238

Auxiliar Legislativo PL-9

Themis Garcia de Lacerda	561	1.557	830	2.127	5	302
Maria Furtado de Rezende	445	1.390	—	1.390	3	295
Antonieta Tavares Sobral	352	1.388	6.700	8.088	22	83
Hélio Carvatho da Silva	280	937	4.277	5.214	15	24
Maria Stella Tibau Guimarães	280	933	—	933	2	203
Carmelita de Souza	280	696	8.615	9.311	25	186
Zuleika de Castro Monteiro	279	1.388	1.502	2.890	7	335
Riza Maria Olivia Gonçalves	279	1.383	3.302	4.685	13	305
Lula Carlos Lemos de Abreu	279	936	3.380	4.316	11	301
Elza Jogerfeld de Barros	279	933	162	1.095	3	—
Alberto Moreira de Vasconcellos	279	936	623	1.529	4	69
Arthur Botelho Casado Lima	278	775	—	795	2	65
Ernestina de Souza Mendes	205	1.275	4.068	5.343	14	233
Rosa Angélica Borges Vargas Carneide	149	937	1.439	2.376	6	186
Maria Thereza Motta Igrejas Lopes	9	1.044	—	1.044	2	314

Auxiliar Legislativo — PL-10

Vera Maria da Silva Zagar	936	936	4.214	5.150	14	49
Corina Lucy Baldo de Camargo e Almeida	905	906	—	906	2	176
Donaze Xavier Bezerra	535	537	2.093	2.630	7	75
Aracy O'Reilly de Souza	382	412	1.816	2.228	6	38
Maria de Lourdes Botelho Alves	382	382	4.516	4.898	13	218
Leda Paula Gertrudes Lage Alves de Carvalho	317	317	—	317	—	317
Yara Silva de Medeiros	265	265	5.946	6.211	17	6
José Valdo Campelo	265	265	1.013	1.278	3	193
Jorge Paivado Nascimento	265	265	5.508	5.773	16	193

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
Lea Augusta da Silveira Lobo Rodrigues de Castro	265	265	2.795	3.060	8	140
Alexandre Dumas Paraguassú	265	265	2.174	2.439	6	249
Gilberto Fernandes Alves	265	265	1.522	1.787	4	327
Odisseia Nery de Medeiros	265	265	—	265	—	265
Helena Furtado Caladaria de Araújo	265	265	—	265	—	265
Zornellina Ribeiro Alves	264	264	—	264	—	264
Enaura Lúcio de Souza	263	582	4.077	4.859	12	279
Alexandre Marques de Albuquerque Mello	234	956	1.632	2.588	7	163
Ronaldo Pacheco de Oliveira	234	234	4.443	4.677	12	297
Hélio Dolher da Silva	234	234	—	234	—	234
Guilherme Gracindo Soares Palmeira	234	234	—	234	—	234
Neyda Watson Saboya de Albuquerque	216	216	—	216	—	216
Celso de Freitas Cavalcante	214	256	—	256	—	256
Sarah Abraão	214	214	2.967	3.181	7	626
Sérgio Luiz Alagemovits	214	214	1.424	1.638	4	178
Vicente Oliveira da Lara Rezende	214	214	273	487	1	122
Leonel Amaro de Medeiros	214	214	—	214	—	214
Sylvia Mivazi Mantovani	214	214	—	214	—	214
Izabel Magalhães Evangelista	214	214	—	214	—	214
Maria Regina Coelho Teixeira	214	214	—	214	—	214
Antônio Augusto Gentil Cabral	214	214	—	214	—	214
Eduardo Leão Marques	214	214	—	214	—	214
Paulo Rubens Pinheiro Guimarães	209	209	—	209	—	209
Artemira Sampaio Castelar	195	195	—	195	—	195
Luiz Renato Vieira da Fonseca	192	192	143	335	—	335
Jose Ney Passos Dantas	171	171	—	171	—	171
Victor Sérgio Barchetta Ruff	166	166	—	166	—	166
Eduardo Rui Barbosa	165	165	5.219	5.384	14	274
Hugo Rodrigues Figueiredo	163	163	—	163	—	163
Dinh Martins Perácio	160	160	—	160	—	160
Maria Clara Coelho Baumam das Neves	158	158	2.025	2.183	5	358
Laurita Fanala	153	153	—	153	—	153
Cláudio Júlio Freitas Carneiro	153	153	—	153	—	153
William Lima Machado Newton	146	146	—	146	—	146
Sebastião Ruy Rollo Maciel	124	124	—	124	—	124
Arlete Belota Tapajós	20	20	—	20	—	20
Francisco Gonçalves de Araújo	20	20	—	20	—	20
<i>Táquigrafo Revisor — PL-2</i>						
Lourival Câmara	3.757	9.369	—	9.369	25	244
José Campos Bricio	3.711	9.362	—	9.362	25	237
Francisco Rodrigues Soares Pereira	2.205	8.363	1.047	9.410	25	235
Aleinda Trivelino	2.106	5.318	5.219	10.537	28	317
Elena Simas	2.097	5.086	565	5.651	15	176
Laura Bandeira Accioli	1.951	4.871	2.350	7.221	19	286
Therezinha de Mello Bobany	1.671	4.475	1.367	5.842	16	2
Vera Moreira Erickson	337	4.830	932	5.762	15	287

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
<i>Taquigrafo — PL-3</i>						
Eth Vieira Kritz	3.249	8.540	788	9.328	20	203
Marta dos Santos Crespo de Castro	1.699	4.475	3.077	7.553	20	252
Joaquim Correa de Oliveira	1.681	4.745	510	4.935	13	240
Beatriz Brandão Brigido	1.488	4.475	233	4.458	13	13
Irene Stella Homem da Costa	1.328	4.475	—	4.475	12	95
Maria Thereza Fernandes Andrade	367	4.436	1.156	5.592	15	117
<i>Taquigrafo — PL-6</i>						
Daiva Ribeiro Viana	2.042	3.566	—	3.566	9	231
Celina Ferreira Franco	1.821	3.565	—	3.565	9	230
Acy Faria de Arruda	1.791	4.472	—	4.472	12	93
Maria Reis Josetti	1.656	5.037	—	5.037	13	232
Aurea Carneiro da Cunha	762	3.570	—	3.570	9	225
Edmar Lélis Vieira Faria Soares	366	1.210	1.462	2.672	7	117
<i>Taquigrafo — PL-7</i>						
José Euvalde Peixoto	2.317	4.835	—	4.835	13	95
Maria d'Aparecida Jordão	1.590	4.517	—	4.517	12	137
Walkir Silveira de Almeida	1.198	1.203	1.091	2.294	6	104
Carlos Torres Pereira	560	562	3.806	4.168	11	153
Jorge Manoel Azevedo	514	517	3.627	4.144	11	129
Edla Macedo Ribeiro	317	317	—	317	0	317
<i>Taquigrafo — PL-8</i>						
Cléia Marina Cunha Menezes	269	269	—	269	0	269
Beatriz Corrêa de Mello	264	264	3.804	4.068	11	53
Gelda Lyr do Nascimento	256	256	—	256	0	256
<i>Oficial Bibliotecário — PL-2</i>						
Eleonora Duse Villasboas de Noronha Luz	3.390	3.650	—	3.650	10	5
Adélia Leite Coelho	2.359	3.801	622	4.423	12	43
<i>Oficial Bibliotecário — PL-6</i>						
Maria Riza Baptista Dutra	293	4.034	—	4.034	11	19
Miriam Côrtes Greig	35	3.706	—	3.706	10	55
<i>Oficial Bibliotecário PL 7</i>						
Elsita Lorley Coelho Campos da Paz	296	1.389	—	1.389	3	231
Pérola Cardoso Raulino	68	68	—	68	—	68
<i>Porteiro PL-6</i>						
Djalma Pereira Madruga	611	9.323	—	9.323	23	193
Juventino Afonso da Silveira	195	9.379	2.657	12.036	33	512
<i>Ajudante de Porteiro PL-6</i>						
João Aureliano Filho	2.697	5.459	1.304	6.767	13	197
Orlando Pinto de Souza	2.616	5.459	4.476	9.935	27	80
Joaquim Bastos	2.457	5.369	6.893	12.262	33	217
Newton Cleanto de Campos	2.451	5.323	1.871	7.194	19	239

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
Gonçalo Farias de Oliveira	2.407	5.451	1.732	7.183	19	248
Alcides de Oliveira	1.947	5.448	433	5.901	16	61
Elpidio Viana	1.577	5.020	4.352	9.372	25	247
Joaquim dos Santos	1.559	5.459	1.405	6.864	18	204
Deusdedith de Araujo Silva	1.477	5.459	5.728	11.167	23	237
Antonio da Costa Bernardo	1.189	5.325	—	5.325	14	215
Francisco Lopes Arêas	976	5.159	405	5.864	16	24
Cezar Marins	607	5.459	4.560	10.019	27	164
José Salles de Oliveira	520	4.934	939	5.873	16	33
Otávio José Anchieta	489	5.459	4.665	10.124	27	269
Djalma Magno	310	5.459	6.155	11.614	31	299
Murilo Edson Coelho de Souza	204	5.322	—	5.322	14	212
Roldão Pimentel Simas	195	5.459	3.802	9.261	25	136

Auxiliar de Portaria PL-8

Carlos Brraga	2.376	5.425	—	5.425	14	315
José de Freitas	2.315	5.356	426	5.762	15	307
Claudio de Queiroz	1.947	5.459	4.514	9.973	29	258
Marciano José da Silva	1.947	5.459	1.736	7.195	19	260
José Manoel Gomes	1.947	5.326	—	5.326	14	216
Geraldo Gomes	1.477	5.436	—	5.436	14	326
Antonio Luiz da Rocha	1.474	4.792	—	4.792	13	47
João Luiz da Rocha	1.555	5.449	—	5.449	14	349
Oswaldo Sampalo	1.310	5.044	5.707	10.751	29	166
Altamiro Cruz	1.189	5.386	—	5.386	14	276
Mario Mendes Silva	1.123	5.444	—	5.444	14	334
Mercilio de Souza	976	5.245	617	5.862	16	22
Hermes Peçanha Gomes	872	4.934	503	5.437	14	327
Manoel José dos Santos	611	5.451	2.400	7.851	21	186
Arnaldo Gouveia Castello Branco	520	5.007	1.116	6.123	16	283
Mario Martins Netto	489	5.403	1.097	6.500	17	235
Jose Jurandir de Vasconcellos	471	4.166	268	4.434	12	54
Orlando Ayres	310	4.475	442	4.917	13	172
Felipe Baroud	205	5.161	—	5.167	14	57
Acebiades Ferreira	195	4.647	—	4.847	12	267

Auxiliar de Portaria PL-9

José Honorato dos Santos	2.250	5.327	2.067	7.394	20	94
Virgílio José da Silva	2.175	5.247	1.739	6.966	19	51
Joaquim Luiz da Rocha	2.162	4.799	334	5.133	14	23
Manoel Ribeiro de Marins	1.947	4.475	—	4.475	12	95
Paulo de Araújo Silva	1.891	5.235	814	6.949	16	209
Jorge Antunes	1.680	4.416	—	4.416	12	58
Ary Feliciano de Araújo	1.576	4.169	1.114	5.263	14	173
Leandro de Freitas	1.522	3.993	2.546	6.539	17	334

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
Francisco Olímpio Gomes	1.477	4.463	—	4.463	12	83
Arlindo Gomes da Silva	1.310	3.853	5.227	12.089	33	35
Aristhóteles Pereira Madruga	1.235	4.527	—	4.527	12	147
Claudio dos Santos	1.189	4.843	—	4.843	13	98
Jayme Corrêa de Sá	1.123	5.044	—	5.044	13	299
Sebastião Miguel da Silva	976	4.930	284	5.214	14	104
Decio Braga de Carvalho	872	2.369	356	2.725	7	170
Deocleciano de Araújo Silva	662	4.856	6.150	11.006	30	66
Godofredo Corrêa de Toledo	520	1.892	8.260	10.152	27	297
Oscar Luiz de Azevedo	471	1.889	—	1.889	5	54
Victor Lôbo	451	4.292	—	4.292	11	277
Fernando Coelho	310	1.889	1.161	3.050	6	130
Manoel Izidor Pereira	205	1.892	318	2.210	6	20
Benedito Afonso de Araújo	195	4.126	—	4.126	12	346

Auxiliar de Portaria PL-10

Raul de Oliveira Coelho	1.850	1.879	—	1.879	5	54
Antônio Roques dos Santos	1.850	1.866	1.160	3.026	6	106
João Baptista Costa	1.543	1.545	369	1.914	5	89
Pedro Leão Gonella	1.414	3.413	—	3.413	9	123
Abeçenego de Souza Lino	747	1.670	8.638	10.393	28	88
José Miguel da Silva	521	1.668	6.672	8.340	22	310
Iraçu Francisco Luiz da Rocha	360	1.182	—	1.182	3	87
Sylvio José da Silva	160	1.181	—	1.181	3	86
Renato Medeiros	160	1.171	1.672	2.843	7	283
Ubaldo Gonçalves	160	775	2.46	3.238	9	43
Hélio Bittencourt Gonzaga	160	447	75	1.205	3	110
Jorge Pinto de Alvarenga	160	439	—	439	1	74
Walter Braga	160	202	—	202	—	202
Francisco das Chagas Pompeu Fortuna	160	193	—	193	—	193
José Moisés Maia	155	858	349	1.207	3	112
Hugo Carvalho Vieira	153	153	—	153	—	153
Vilson Taufick Chemale	137	137	2.383	2.519	6	329
José Soares Cavalcante	130	806	—	806	2	73
Valentim Ferreira da Costa	129	1.196	—	1.196	3	101
Wilson Pereira de Carvalho	129	194	2.74	2.938	9	173
José Washington Chaves	129	129	—	129	—	129
Jorge Pontoura Macedo	129	129	—	129	—	129
José Bulhões da Costa	128	128	—	128	—	128
Georgino Avelino da Costa	125	702	—	702	2	237
Jorge Miguel Concelção	95	95	—	95	—	95

Motorista PL-8

Paulo Costa de Oliveira	1.947	4.055	3.062	7.117	19	182
Antônio Menezes do Nascimento	1.947	3.853	6.482	10.335	28	115
Armindo Henriques	1.947	2.801	1.998	4.799	13	54
José Coutinho de Araújo	1.803	1.974	2.967	4.941	12	195
Waldemar Gomes Tinoco	179	2.156	3.127	5.283	14	173

NOME	Classe	Senado	Fora	Total	Anos	Dias
<i>Motorista PL-9</i>						
Geraldo Theodoro Ferreira	2.090	2.090	4.841	6.931	18	361
Ruben da Cunha Gomes	2.078	2.078	—	2.078	5	253
Pedro Cidra! Mansur	2.047	2.047	5.587	7.634	20	334
Jacob Setta	2.042	2.042	—	2.042	5	217
Milton Faria de Souza	2.041	2.041	—	2.041	5	216
Manoel de Almeida	2.035	2.035	—	2.035	5	210
João Francisco da Silva	2.011	2.011	272	2.283	6	93
José Lopes de Amorim	1.843	1.843	—	1.843	5	18
Antônio Galvão da Silva	1.927	1.927	—	1.927	5	102
Afonso da Silva Soares	1.691	1.691	—	1.691	4	231
<i>Motorista Auxiliar — PL-10</i>						
Manoel de Andrade Moura	747	1.609	5.290	6.899	18	329
José Corrêa Fuzô	747	1.321	—	1.321	3	226
Antonio José Viana	747	297	360	4.901	13	156
Nilo Gonçalves Martins	747	1.297	2.359	3.656	9	531
Cyrol Vieira Xavier	747	1.297	310	1.607	4	147
José Róseo Filho	747	1.297	—	1.297	3	202
Ercimino Pedrosa	747	1.295	—	1.295	3	200
José Argemiro Batista	747	1.108	—	1.108	3	13
Florianu Lacerda	747	1.042	—	1.042	2	312
Jose Ribeiro Lima	747	991	—	991	2	261
Ranulfo Chaves Filho	747	937	304	1.241	3	146
Nelson Gonçalves Ribeiro	747	747	6.274	7.021	19	86
Dionísio Mota da Costa	745	1.346	—	1.346	3	251
Olívon Siqueira Machado	514	881	377	1.258	3	163
Aurélio Barbosa da Silva	310	488	—	488	1	123
Adonias Pedro da Costa	225	225	—	225	—	225
Darcy Viana	225	225	—	225	—	225
Wilson Palmieri Rodrigues	214	214	3.227	3.441	9	156
Luiz Eina Xavier	214	214	—	214	—	214
José Flávio Motta da Costa	207	207	—	207	—	207
Uracy de Oliveira	201	201	7.062	7.263	19	328
João Coutinho Duarte	201	201	—	201	—	201
Antonio Gomes da Rocha	200	200	4.454	4.654	12	274
Pedro Martins de Souza	200	200	—	200	—	200
José Vieira dos Santos Filho	198	198	—	198	—	198
Antonio Augusto Felizola	195	195	5.067	5.262	14	477
Sebastião Amaro da Silva	195	195	—	195	—	195
João Alves da Silva	192	192	—	192	—	192
Celso Nunes Ribeiro	180	180	—	180	—	180
Ailton Travanca de Moura	180	180	—	180	—	180
Nelson Lima Davel	169	169	—	169	—	169
Veríssimo Torres dos Reis	151	151	—	151	—	151
Antonio Adalberto dos Santos	117	117	—	117	—	117

Os interessados têm o prazo de oito dias úteis a contar da publicação desta lista para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses.

Diretoria de Pessoal da Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1961. — Sergio Luiz Alagomotti, Auxiliar Legislativo PL-10. — Neusa Rita Perácio Monteiro, Chefe da Seção Administrativa. — Visto: Ninon Borges Seal — Diretora do Pessoal.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40